



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8104-001

R  
A

**Mandato 2017-2021**

**ATA N.º 02/18**  
**Sessão Ordinária de 23 de Fevereiro**

Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----Lista de Presenças:-----

**25 Deputados Municipais do PS** - Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Fernando Domingos dos Santos, Maria Esteves Lourenço, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Fernando Pereira Marques, Hermes Luis de Brito Alberto, Joana Guerreiro da Conceição, Fábio Miguel Cortes Nobre, André Teixeira Correia, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David (em substituição de Carlos Manuel Pontes Costa), Adriana Cavaco Guerreiro (em substituição de Hugo Miguel Guerreiro Nunes), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Eduardo Manuel Graça Amador (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Maria da Conceição Leite Esteves Duarte (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

**9 Deputados Municipais do PSD** - Sebastião Francisco Seruca Emídio, Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Sérgia Maria Vicente Coelho Medeiros, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, João Manuel Guerreiro da Conceição, Bárbara Miriam do Amaral Correia (em substituição de Bruno Miguel Martins Inácio), Deodato Martins João



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ**

Código Postal 8104-001

(Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Manuel Fernando Gaspar (em substituição da Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----

**1 Deputado Municipal do CDS - António José Mendes Pinto Farrajota;**-----

**1 Deputado Municipal do BE - Rogério Rochinha Jesus Ferreira (em substituição de Carlos José da Silva Martins);**-----

**Os Vereadores da Oposição:** Irina Alexandra Mendes Martins (em substituição de José Manuel Valente Graça) e Eugénio Manuel Coelho Guerreiro (em substituição de Horácio Correia da Piedade);-----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara e os Vereadores**, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Carlos Carmo e Marilyn Zacarias.-----

**Apresentaram pedido de suspensão de mandato:**-----

Os **Deputados Municipais do PS**, Carlos Manuel Pontes Costa, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por José João Magalhães David, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Adriana Cavaco Guerreiro.-----

O Deputado Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Eduardo Manuel Graça Amador.-----

O Deputado Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte.-----

O **Deputado Municipal do PSD**, Bruno Miguel Martins Inácio, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Bárbara Miriam do Amaral Correia.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8104-001

*(Handwritten signatures)*

-----Ordem de Trabalhos-----

1-Intervenção do Público;-----

2-Aprovação de Atas;-----

3-Informação sobre expediente recebido;-----

4-Período de Antes da Ordem do Dia;-----

5-Período da Ordem do Dia;-----

a)- **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;**-----

b)- **Proposta 09/2018- Deliberação relativa à Constituição da Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Turismo de Loulé, para efeitos do artigo 25.º do n.º 1 da Lei n.º 75/2013; [Proposta da Câmara Municipal n.º 188-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

c)- **Proposta 11/2018- Deliberação relativa à Designação de Representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil, nos termos do disposto na alínea i) do artigo 41.º, da Lei 80/2015 de 3 Agosto, que procedeu à segunda alteração à Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil; [Proposta Camarária n.º 195-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

d)- **Proposta 12/2018- Deliberação relativa à 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita / 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa / 1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais / 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta Camarária n.º 231/-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

e)- **Proposta 13/2018- Deliberação relativa à Autorização do Concurso Público para a Contratação da Concessão da Exploração do Estabelecimento de Bebidas (Cafetaria) no CECAL (Centro de Experimentação Artística de Loulé), tendo em conta o disposto na alínea p) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta Camarária n.º 240-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
Código Postal 8104-001

f)- **Apreciação da Informação relativa à Extinção do Procedimento de Criação de um Núcleo de Desenvolvimento Turístico (NDT) no Município de Loulé; [Proposta da Câmara Municipal n.º 65-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

g)- **Apreciação da Informação relativa ao Contrato de Exploração do Café Calcinha - Aprovar a Cessão de Posição Contratual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 225-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, informou os presentes que no Período de Intervenção do Público, serão concedidos 30 minutos, cada cidadão terá no máximo 5 minutos para fazer a sua intervenção. As questões poderão ser respondidas de forma oral e se forem dirigidas especificamente à Câmara Municipal será dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que poderá responder de forma oral ou fora desta sessão, através de resposta escrita.-----

Foi concedida a palavra à **Munícipe Iolanda Melo**, que manifestou a intenção de colocar algumas questões à Câmara Municipal no intuito de serem esclarecidas algumas dúvidas. Sobre o Refeitório Social de Quarteira, o apoio da Câmara encontra-se suspenso, sendo que apenas a Junta continua a apoiar o refeitório, o valor da contribuição era de cerca de 6 mil euros anuais de cada entidade, e questionou sobre qual o motivo que levou esta Câmara a deixar de contribuir ou se o faz de uma outra forma.-----

Questionou igualmente o Executivo sobre qual a sua posição sobre o Centro de Saúde de Quarteira o seu funcionamento até às 00h. Também questionou se este Executivo tem algum projeto de futuro para Habitação Social em Quarteira.-----

Questionou ainda sobre, que projetos futuros tem esta Câmara em termos de promoção turística.-----

Por fim, apelou ao Executivo sobre a questão dos artesãos do Calçadão de Quarteira, numa época em que a Junta de Freguesia, não implementa novas fontes de rendimento para Quarteira, tem a atitude de isenção de impostos para com os mesmos, mas que na realidade o que eles precisam mesmo é de trabalho!--

Em seguida foi cedida a palavra ao **Munícipe Márcio Alexandre**, representante da CAAQ (Comissão de Artistas e Artesãos de Quarteira), que na sua intervenção questionou quais as bases em que assenta a previsão de que a Feira de Verão será um grande sucesso e o porquê da escolha da Praceta Filipe Jonas? Os outros sítios em Quarteira não serão também importantes? Não haverá outra



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

forma de aliviar a pressão do Calçadão sem retirar os artesãos da marginal? Não haverá outra forma de arranjar outra centralidade sem retirar os artesãos do local? E se haverá planos para retirar a excessiva pressão em Vilamoura. Referiu ainda que até ao momento não tiveram acesso ao Projeto da Feira de Verão, existe algum link de acesso, ou será que ainda não haverá projeto até ao momento. Outra questão que colocou foi sobre o não existir critério algum na seleção dos artesãos para o novo local, uma vez que não foi pedida foto dos produtos nem carta dos artesãos. Terminou a sua intervenção fazendo um apelo ao Executivo para que esta situação seja bem pensada.-----

-----  
Posteriormente o **Munícipe Daniel Silva**, disse ter 2 questões que gostaria de colocar ao Executivo sobre a mudança de local da Feira do Livro e do Artesanato de Quarteira, se o direito moral está abaixo do direito legal, se o Executivo tem o direito de prejudicar estas pessoas que vão ficar muito dependentes dos rendimentos comprometidos com a nova localização da feira.-----

A outra questão é sobre quando é que o Executivo permitirá que os artesãos de Quarteira, possam participar em qualquer alteração e em qualquer projeto futuro.-----

-----  
Em seguida foi cedida a palavra à **Munícipe Helena Baião**, que começou por referir que na sessão da Assembleia Municipal de 09 de Fevereiro de 2018, o senhor Presidente da Câmara entendeu ocultar o nome do jurista que assinou o parecer que eventualmente negou a entrega de cerca de 9 mil euros aos nossos concidadãos de Pedrógão Grande, dizendo que a responsabilidade era dele e a esta resposta não foi possível contestar devido ao Regimento desta Assembleia. Gostaria de esclarecer que a interpelação feita ao senhor Presidente, não foi com o sentido de doar 1€ por cada bilhete vendido do Festival MED e do espetáculo do Carlos do Carmo, a ideia era no sentido de ser entregue 1€ por cada cidadão do concelho, tal como fizeram os municípios de Mértola e Alcoutim cerca de 70 mil euros e não 9 mil euros, com toda a carga simbólica que este número possa ter e mal estivemos se só tivessem sido vendidos no conjunto, cerca de 9 mil bilhetes para estes 2 espetáculos, pois a comunicação do Gabinete de Eventos à Comunicação Social, permite retirar outras elações e outros algarismos, respeita o senhor Presidente, mas não vai insistir mais nesta matéria. Pelo exposto, lembra uma frase dita por alguém da TSF Rádio "A Lei é o limite mínimo da ética, ninguém nos pode forçar a ser generoso, mas a generosidade não pode ser ditada pela Lei". Posto este assunto, formulou uma nova questão, se era possível alguém esclarecer sobre a deposição de uma matéria que lhe parece



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

tóxica, perto do aquífero na zona do parque das merendas de Salir, com uma substancia com um aspeto de cimento, mas que se trata de um produto antiderrapante para aplicar nas estradas. Este produto encontra-se naquele local, há cerca de 1 mês, encontrando-se a menos de 25 metros da placa que diz Parque de Merendas de Salir, gostaria de ver esclarecido este assunto.-----

De seguida o **Munícipe Armando Caliço**, iniciou a sua intervenção com uma frase do escritor Fernando Namora que diz "o menino que fui que chora na estrada, deixei-o aí, quando vim ser quem sou, hoje vendo que não sou nada, quero ir buscá-lo onde ficou", prosseguiu dizendo que já há mais de 20 anos que trava uma batalha terrível, em cima do património que reuniu, por culpa do Plano de Pormenor, que por falta de concretização deste projeto, o filho não se dedicou a fundo a qualquer atividade empresarial. O projeto do Plano de Pormenor começa muito cedo e em 1997, pensava que "palavra dada era palavra honrada" e que o guião que entregou na mesa, já o tinha feito no passado com o Presidente Patinha Antão, e tem consciência que é uma empresa que não interessa ao concelho e está aqui na qualidade de representante da empresa juntamente com a mulher. Considera ser uma vergonha por ainda não se ter conseguido resolver o assunto do Plano de Pormenor, tanto mais que o programa de execução do Plano de Financiamento elaborado pela Câmara já é de 2004, já foi feito um orçamento para a execução destas obras, e tudo caiu em cesto roto. Disse estar prejudicado no meio disto tudo, porque era o único que tinha atividade com mais de 60 anos naquele sítio.-----

Apelou a que devesse haver alguém com humanismo, consciência colocando a política de fora, e é em nome da justiça que aqui vem para que isto seja resolvido de uma vez por todas. Lembrou que começou a sua atividade com 50 e tal anos, neste momento tem 80 anos, sentindo-se completamente perdido, porque não há ninguém que se lembre que aquela empresa que construiu muita coisa aqui neste concelho, assistiu à primeira pedra lançada em todo o concelho, e em todo o Algarve e hoje está como está, porque ninguém tem a consciência de resolver o problema. Faz-se um Plano de Pormenor o que considera como um presente envenenado, na Câmara dizia-se que esse Plano era para esquecer, que não teria substancia legal para continuar e hoje decorridos vários anos não se passou da nomeação de diversas pessoas das Câmaras para as Comissões que são 10.-----

Lamenta pelo facto de no caso de querer alugar aquele espaço ninguém queira e a Câmara que tem rendas espalhadas por toda a cidade, sugerindo inclusive o aluguer do espaço à Câmara Municipal, tendo sido abordado várias vezes para disponibilizar o mesmo gratuitamente, mas a Câmara paga rendas em todo o lado!



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ**

Código Postal 8104-001

Apelou ao senhor Presidente da Câmara, para que analise o seu caso.-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, esclareceu os munícipes que caso queiram colocar as suas questões por escrito à Mesa, esta transmitirá à Câmara Municipal, funcionando como um requerimento enviado pela mesa da Assembleia e de acordo com o Regimento a Câmara Municipal responderá por escrito no prazo de 15 dias.-----

Foi dada a palavra ao senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, para rebater uma intervenção feita que na sua opinião não tem fundamento. Infelizmente quanto à afirmação que foram construídos 5 hotéis de 5 estrelas e 3 campos de golfe no mandato do Executivo anterior, lamenta o facto que isso não tenha acontecido, e se a cidadã que fez esta afirmação, quiser esperar, pelo debate sobre o assunto da Associação de Turismo, nessa altura falará em detalhe sobre a representatividade do concelho de Loulé relativamente à sua oferta turística.----

Foi dada a palavra ao senhor **Deputado Deodato João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir)**, para responder à questão colocada pela munícipe Helena Baião, no que diz respeito à localização do estaleiro, na Lagoa da Nave em Salir, tendo sido abordado pelo responsável da obra, o engenheiro da obra que está a fazer a aplicação de micro aglomerado de betuminoso a frio, em vários troços na freguesia de Salir, uma obra da Câmara Municipal, deliberação essa do Executivo da Junta de Freguesia de Salir, da qual aceita a total responsabilidade. Da parte da empresa, foi solicitada à Junta que fosse encontrado um espaço com uma área à volta dos 1000 m<sup>2</sup>, para ali colocar o material e que teria que ser próximo da localização onde estas obras se iriam realizar. Considerando que a Junta de Freguesia é proprietária do terreno onde construiu um Parque de Lazer, na Lagoa da Nave, o local era o indicado, dado não haver elementos tóxicos que contaminassem o solo, todo o material que lá está colocado é só e apenas pó e bago de arroz, porque esta aplicação é efetuada na estrada, mediante um camião com uma solução de água e cimento e é no local da obra que é executado esta pavimentação. Obra esta que terá a sua finalização dentro dos próximos 10 dias, ficando o espaço completamente limpo.-----

Terminou a sua intervenção felicitando a Câmara Municipal pela execução desta obra nestes troços que necessitavam desta intervenção.-----

Posteriormente usou da palavra o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que disse querer evocar um ponto do Regimento que tem a ver com o Período de Intervenção do Público, apenas se cinge à intervenção do público e não a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

respostas por parte dos deputados, e leu o artigo 47.º, o ponto n.º 1 e o n.º 2, sendo o PAOD o ponto apropriado para debater estas matérias e não dentro deste ponto.-----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Executivo para responder às questões colocadas pelos munícipes.-----

O senhor **Presidente da Câmara**, disse que iria responder a algumas questões e depois passaria a palavra à senhora Vereadora Heloísa Madeira, que abordará a questão do passeio marginal de Quarteira.-----

Começando por responder à questão colocada pela munícipe Iolanda Melo, no que respeita ao refeitório social de Quarteira, sempre tem sido apoiado pela autarquia com um contrato-programa, para o desenvolvimento das suas atividades, tem apoiado com uma verba na ordem dos 15 mil euros, só para atividades e sendo apoiado igualmente em situações pontuais. Desconhece que tenha havido qualquer falha no apoio prestado ao refeitório social, isso seria impensável, dada a função que essa organização cumpre. A Câmara Municipal nunca permitiria que pessoas carenciadas que habitualmente vão ao refeitório social, agora de um momento para o outro fosse cortado esse apoio alimentar.----  
Mais disse que a própria paróquia tem também para este próprio programa de alimentação tem um acordo com a Segurança Social.-----

Relativamente à Habitação Social, reconhece que o município de Loulé, precisa de ter uma política para habitação social e precisa de resolver o problema do acesso à habitação por parte de jovens e de classe média baixa que não tem meios e recursos suficientes para alugar uma habitação condigna e muito menos para adquirir, que face às regras impostas pela banca e falta de oferta, a Câmara tem de ter políticas para este setor. Durante o mês de Maio, o município de Loulé irá apresentar publicamente um programa com duração no tempo, para atacar este problema, causador até de algum constrangimento do desenvolvimento da atividade económica no nosso concelho. Existem iniciativas do Governo, que neste momento estão a ser publicitadas e dos próprios municípios, no que diz respeito à reabilitação de casas antigas, degradadas, normalmente nos núcleos históricos das cidades, bem como outras facetas desse programa que está a ser anunciado.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

Respondendo à munícipe Helena Baião, disse que a autarquia não se comprometeu com a atribuição de 1€ por habitante de Loulé, o que foi dito foi 1€ por cada entrada em 2 espetáculos, no Festival MED e no espetáculo do artista Carlos do Carmo, tudo somado dará 10 mil e 600 euros, e não 9 mil euros como tinha dito. Essa verba, logo que haja parecer de que se está a respeitar a legalidade, imediatamente encontraremos a forma de entregar o dinheiro.-----

A questão do Centro de Saúde de Quarteira, concorda que se não fosse a situação que existe atualmente e sobretudo que esta não fosse o resultado de uma governação extremamente agressiva que atacou gravemente o SNS. Agora depois de tanto desinvestimento do Serviço Nacional de Saúde, não é possível reverter essas políticas para podermos servir melhor os nossos cidadãos num direito que lhes assiste que é o direito à saúde. A autarquia faz o que pode, ajuda no que pode, dentro das suas competências legais. Estamos condicionados pelas políticas de quem governou o nosso país até há cerca de 2 anos atrás, por quem desinvestiu de uma forma drástica, violenta no SNS.-----

Quanto à intervenção do munícipe Armando Calço, disse ter o maior apreço pelo cidadão em questão, este assunto já foi discutido várias vezes, aquele Plano de Pormenor aprovado em 2004, nunca teve desenvolvimento e as notícias não são nada animadoras sobre este assunto. Neste momento estamos com a prioridade da revisão do Plano Diretor Municipal e será no seguimento deste que iremos apreciar muitos planos que existem no concelho de Loulé, uns aprovados, outros em execução há muitos anos e será à luz desse novo foco da política de planeamento que a Câmara irá analisar o Plano Loulé-Sul, porque é disso que estamos a falar, temendo que as expectativas do munícipe Armando Calço, possam não vir a ser concretizadas. Disse ainda que aquela unidade fabril de tratamento de bagaço foi bem encerrada, porque naquela altura era um dano diário para a saúde pública, tendo sido uma decisão acertada e justa.-----

Em seguida usou da palavra a senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, respondendo à questão da Feira de Verão de Quarteira, a questão que se colocou e a decisão que foi tomada de retirada das atividades daquela frente de mar, foi uma decisão concertada entre a Câmara Municipal de Loulé, a Junta de Freguesia e a Capitania de Faro, para fazer face a um problema que não víamos a solução, para a questão da pressão excessiva para aquele território. A Câmara encontrou uma solução para esse problema, que é a Feira de Verão de Quarteira, que incluirá os artesãos, os artistas e as pessoas que desenvolvem aí a sua atividade. No próximo dia 28 está agendada uma reunião com os representantes dos artesãos, membros



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

do Executivo e dirigentes municipais, estando o Executivo aberto a discutir o projeto com os artesãos, artistas e todas as pessoas que aí desenvolvem a sua atividade, acolher as sugestões e justificar as opções tomadas.-----

### 2- Aprovação de Atas;-----

O senhor Presidente da Assembleia, referiu não existirem Atas para aprovação.-----

### 3- Informação sobre expediente recebido;-----

Neste ponto o senhor Presidente da Assembleia, informou os senhores deputados sobre o assunto referente à Revisão do Regimento, tendo sido aprovada em Dezembro a constituição de uma Comissão, para fazer a revisão do mesmo, constituída em termos genéricos pela Comissão Permanente (Mesa e grupos políticos que constituem esta Assembleia). Os trabalhos já foram iniciados, estão em execução, não tendo sido possível concluir os mesmos até ao presente mês de Fevereiro, tendo a razão principal a ver com o facto de se querer incluir no Regimento, competências da Assembleias que não vêm expressas diretamente na Lei n.º75/2013 mas também aquelas que vêm noutra legislação e que são competência da Assembleia. Os trabalhos estão a andar, prevendo que na próxima reunião ordinária, que ocorrerá em Abril, já ter essa revisão concluída.-----

Informou ainda sobre um convite formulado a esta Assembleia Municipal, para aderir a uma nova instituição designada por Associação Nacional das Assembleias Municipais, tendo esta matéria já transitado do mandato anterior, e haverá no dia 2 de Março, uma reunião de carácter nacional, com a representação de todos os representantes das Assembleias Municipais, Presidentes das Assembleias Municipais ou seu representante. Essa reunião será uma oportunidade para poder analisar o seu funcionamento.-----

Deu conhecimento de um documento relativo a uma nota que vinha do serviço de ambiente da GNR (CEPNA) sobre o registo de uma queixa apresentada pelo senhor deputado Carlos Martins, que relata a existência de uma descarga através de camiões autotanques, provenientes do Aterro Sanitário da Cortelha, e que vão depositar produtos lixiviados na ETAR existente na zona da Fonte Santa, perto da Ribeira do Almargem em Quarteira. Remeterá posteriormente este assunto ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para análise e devidos efeitos.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

O senhor **Presidente da Câmara**, informou que esse mesmo assunto tinha chegado ao conhecimento do Executivo, e face ao alerta o qual agradece bastante, e face à gravidade do relato, tentou-se apurar as causas desta situação e passou a palavra ao senhor Vereador Carlos Carmo, do pelouro do Ambiente, para tecer algumas considerações sobre este assunto.-----

Foi dada a palavra ao senhor **Vereador Carlos Carmo**, que sobre este assunto o próprio deputado Carlos Martins tinha ligado há 2 dias atrás, tendo relatado essa situação e posteriormente enviou uma fotografia que comprovava a descarga que estava a ser feita junto à Foz do Almargem, na freguesia de Quarteira. Desde logo os serviços da Câmara contactaram não só a ALGAR, mas também as Águas do Algarve sobre esta questão, foram feitos 2 ofícios a questionarem estas entidades sobre esta questão e isto prende-se com uma necessidade da entidade ALGAR, efetuar essa descarga de lixiviados, devido a um constrangimento existente na estação de Tratamento do Aterro, em que se solicitou às Águas do Algarve, que temporariamente fosse feita essa descarga. Posto isto, foi contactada a administração das Águas do Algarve, que ficaram de nos próximos dias dar conta, se essa descarga poderia ainda estar a ser feita ainda nesta altura, porque a autorização que foi feita, por parte da entidade Águas do Algarve, tinha sido temporária até à resolução dessa questão. Os serviços estão a acompanhar essa questão e durante os próximos dias, fará chegar a esta Assembleia, pela pessoa do senhor Presidente, o resultado do Relatório sobre esta matéria.-----

De seguida entrou-se no ponto das **Moções e Recomendações**, tendo dado entrada na Mesa, 5 documentos;-----

.**Voto de Pesar** pelo falecimento do senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD;-----

.**Proposta de Atribuição de Público Louvor** ao Jogador Campeão Europeu de Futsal, Pedro Cary, apresentada pelo Grupo Municipal do PS;-----

.**Proposta de Recomendação**, sobre a Criação do Provedor do Município, apresentada pelo senhor Deputado Carlos Martins, **BE**;-----

.**Proposta de Recomendação**, sobre a Feira do Livro e do Artesanato de Quarteira, apresentada pelo senhor Deputado Carlos Martins, **BE**;-----

.**Moção de Protesto**, sobre o Encerramento dos CTT na cidade de Loulé, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD;-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

Logo de seguida o senhor **Presidente da Assembleia**, pôs à consideração dos senhores Deputados, o **Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Carlos Eduardo da Silva e Sousa**, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, associando-se expressamente ao mesmo, porque terá sido nesta mesma sala da Assembleia Municipal de Loulé, que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira esteve presente numa sessão pública, talvez a última, em que teve uma intervenção importante sobre a questão da exploração de hidrocarbonetos na região do Algarve.-----

Foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que disse que o Algarve tinha perdido um grande homem, um grande autarca que defendeu os interesses do Algarve, quer como autarca, quer como advogado, defendendo sempre os interesses dos algarvios e dos albufeirenses propondo assim que fosse feito 1 minuto de silêncio, em sua memória.-----

Em seguida o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, disse também se associar a este Voto de Pesar.-----

O Voto de Pesar foi considerado aprovado por todos os deputados presentes e foi feito em seguida 1 minuto de silêncio.-----

Posteriormente foi apresentada a **Proposta de Atribuição de Público Louvor ao jogador Campeão Europeu de FUTSAL, Pedro Cary**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS.-----

Para apresentar a Proposta foi dada a palavra ao senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que fez a leitura da mesma.-----

A proposta foi colocada à votação e aprovada por unanimidade.-----

Seguidamente foi apresentada a **Proposta de Recomendação sobre a Criação do Provedor do Município**, apresentada pelo Deputado Carlos Martins, BE.-----

Para apresentar a Proposta, usou da palavra o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, que disse esta criação do Provedor do Município já vem com 14 anos de atraso, tendo sido aprovada em 2004, uma proposta apresentada pelo BE, para que fosse criada a figura do Provedor do Município, e, passado um ano e meio, voltou a ser apresentada no dia 21 de Novembro de 2005, e ainda não tinha



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

-----  
sido nada resolvido. O processo terá que ser retomado, e o próprio PS nas últimas eleições fala em retomar o processo do Provedor Municipal.-----  
Disse ainda querer recordar, neste mês de Fevereiro, 2 ilustres algarvios, um nascido a 18 de Fevereiro de 1899, e outro nascido a 11 de Fevereiro de 1902, ambos do concelho de Vila Real de Santo António. Um fez a maioria da sua vida em Loulé, que foi António Aleixo e o outro fez a maioria da sua vida no Barreiro, que foi o Mestre Manuel Cabanas, que mais tarde veio a ser fundador do PS.-----

-----  
Usou da palavra o senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, que começou por dizer que esta sua intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, não tem a ver com a figura do Provedor Municipal. Solicitou uma cópia da documentação entregue pelo munícipe Armando Calço, para se inteirar de como é que o assunto foi tratado, tendo sido iniciado este processo em 1997, e uma vez que esteve envolvido no mesmo, sendo por isso que gostaria de saber como foi possível a Administração Pública leve tantos anos a decidir sobre o mesmo.-----

-----  
Usou da palavra a senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, que se manifestou sobre a questão a Criação do Provedor do Município, referindo que o texto está mal feito, porque "...a Assembleia delibera propor a criação de uma Comissão no seu seio...", portanto a Assembleia não delibera propor, a Assembleia delibera criar uma Comissão, mas isto é mais uma questão de retórica. Por outro lado disse não entender para que serve essa Comissão, o que é que faz? É uma Comissão que estuda, dinamiza, acompanha, supervisiona, o que é que faz? Serve para fiscalizar a atividade da Câmara? Disse continuar a não entender qual o cerne da questão verdadeiramente, para que é que serve esta Comissão. Irá abster-se nesta questão, se ela continuar a ser discutida.-----

-----  
Prosseguiu o senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que dada a preocupação da senhora deputada Helena Baptista, propõe que seja adiada a votação sobre esta Moção em específico, para que os partidos possam falar entre si e para que o PS possa enviar as suas propostas para integrar esta Moção.-----

-----  
Foi dada a palavra ao preponente da Moção, para tecer as considerações finais, o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, iniciou a sua dizendo "...propor a criação de uma Comissão Eventual, composta pelo Presidente da Assembleia Municipal e um representante de cada grupo Municipal, no âmbito da Assembleia Municipal, com o objetivo de promover a criação do Provedor Municipal." É apenas isto só! Recomendar à Câmara, retomar o processo de instituição do Provedor Municipal. Estamos com 14 anos de atraso em relação a isto! Esta questão foi



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

enviada a todos os partidos, não entende qual é a grande questão relativamente a isto, quando o próprio Partido Socialista, deveria ter uma noção exata daquilo que iria apresentar, porque propõe isto clara e inequivocamente no eixo 6, no seu programa.-----

Foi dada a palavra ao senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que dirigindo-se ao deputado do BE, questionou se lhe poderia fornecer as atribuições que teria um Provedor Municipal e quantas autarquias do país, das 308, quantas têm um Provedor Municipal.-----

Respondeu o senhor **Presidente da Assembleia**, que aquando da preparação desta Assembleia, procurou verificar a existência de Provedores Municipais em várias autarquias, a autarquia de Lisboa tem provedores municipais sectoriais, é uma matéria que o Regulamento de Provedor Municipal é diversificado, alguns a tempo inteiro, outras, a tempo parcial. Existe alguma controvérsia do ponto de vista jurídico sobre a existência do Provedor e o Regulamento e a eleição do Provedor, são competência da Assembleia Municipal.-----

Por ter sido interpolado diretamente, usou da palavra o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, que esclareceu que o Provedor Municipal tem as competências que um outro Provedor Municipal tem. O Provedor Municipal, no geral é aquela pessoa que recebe as queixas dos munícipes, que muitas vezes não conseguem ser ouvidos pelos Executivos e transmiti-las aos mesmos e fazer aquilo que os Executivos Municipais fazem em relação aos governantes, exercer o seu magistério de influências e fazer com que se resolvam os problemas, será a "voz dos munícipes", junto do Executivo Municipal.-----

Interveio o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que disse que a senhora deputada Helena Baptista, tinha colocado e muito bem a questão da formulação desta proposta, o que concorda inteiramente com a mesma. Não há dúvida que o primeiro ponto da proposta deveria ser reformulado, bem como o segundo ponto. Há uma situação que é até ao final do 1º semestre, que considera extremamente curto e propunha alterar a primeira parte da proposta, tirando "delibera a criação" e não era uma "comissão eventual" mas sim " delibera a criação de uma Comissão composta pelo Presidente da Assembleia Municipal..." e depois "...recomendar à Câmara Municipal retomar o processo da instituição e que se realiza até ao final do presente ano", porque lhe parece demasiado inconsequente, todo o processo e a eleição até ao final do 1º semestre.-----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ**

Código Postal 8104-001

IX

O senhor **Presidente da Assembleia**, perguntou ao proponente, se concordava com a alteração sugerida.-----

Respondeu o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, que segundo a proposta do deputado Calçada Correia, o que propunha era, em vez de "propunha"...ficava "delibera a criação..." e que "...o Provedor do Município, se realiza até ao final deste ano", pela sua parte concorda com as alterações sugeridas.-----

A **Proposta de Recomendação sobre a Criação do Provedor do Município**, com as alterações propostas e que o Grupo Municipal do BE concordou aceitar foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com 3 abstenções do Grupo Municipal do PS, André Correia, Maria Helena Baptista e Maria Esteves.-----

De seguida foi apresentada a **Proposta de Recomendação relativa à Feira do Livro e do Artesanato de Quarteira**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE.--

Para apresentar a Proposta, foi cedida a palavra ao senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, apelando a que se resolvesse de facto a questão da passagem da Feira do Livro e do Artesanato de Quarteira para o Jardim Filipe Jonas, que perante a localização e os seus limitrofes, não são a zona indicada para isso. Neste momento existe um pequeno jardim, com um pequeno campo de basquete e um pequeno campo com relva sintética, mas prevendo que surja ali um problema devido ao trânsito que ali circula.-----

Esta Proposta vem no sentido de que se permita auscultar os interessados nesta matéria, para que se possa chegar a uma resolução adequada a esta situação.-----

Disse continuar a ter dúvidas sobre aquela localização e se quem decidiu esta alteração consegue imaginar aquele Calçada apenas com passeantes.-----

Interveio sobre a Proposta, o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, e manifestando-se sobre o mesmo, disse existirem 2 Propostas sobre o mesmo tema, mas que por razões de ordem cronológica não tinha sido possível ter apresentada uma proposta única, e que proporá ao deputado do BE, que a Moção possa ser única, atendendo á finalidades das mesmas.-----

Posteriormente o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, sobre a intervenção da senhora Vereadora Heloísa Madeira, aquando do Período de Intervenção do Público, informou que iria haver uma reunião no próximo dia 28, com os artesãos, e o que é facto é que perante este assunto, neste momento está-se perante uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

batalha política parece estar a ser extemporânea. A cidade de Quarteira tem muito a ganhar e o turismo, se efetivamente aquela frente de mar estiver completamente desimpedida, porque não há duvida que em pleno Verão, Julho e Agosto assiste-se a um atropelamento de pessoas. Pessoalmente não concorda com esta Proposta, uma vez que neste momento não faz sentido, na medida em que o processo está a decorrer, estando marcada essa reunião com os artesãos.--

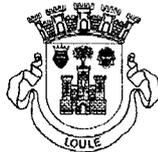
-----  
Em seguida o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, disse que a bancada da oposição está a defender interesses sérios dos cidadãos. Sobre este assunto neste momento existe uma determinação concreta em mudar esta Feira para o Jardim Filipe Jonas. Existem muitas famílias que dependem daquela atividade e daquele local específico, dadas as suas características. Parece-lhe imprudente que esta mudança se faça sem qualquer audiência dos interessados, sem quaisquer reuniões prévias entre os interessados e o Executivo. Deveria haver uma condescendência por parte do Executivo em manter esta atividade por mais um ano, até ao final de 2018, para que possa haver um diálogo entre os artesãos e o Executivo para que não se possa lesar os mais fracos.-----

-----  
Posteriormente foi dada a palavra ao senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, como proponente desta Moção e dirigindo-se ao senhor deputado Calçada Correia, disse ser a falta de tempo o que existe neste momento. Houve uma primeira reunião em finais de Novembro de 2017, e em que a decisão estava tomada! Neste momento a decisão está tomada! Há que assumir as decisões políticas que cada um toma! Assumamos as nossas decisões políticas! Neste momento há falta de tempo já, mesmo em Novembro, já havia falta de tempo, as pessoas já não tinham hipóteses de se inscreverem noutros locais.-----

-----  
Lembrou que o senhor Presidente da Câmara disse acerca deste assunto, "vamos experimentar!", não pode ser! A decisão da Câmara não é ilegal, não é isso que está em causa! Não é nem nunca foi ilegal!-----

O que é pedido aqui é que haja algum "bom senso", para se ter tempo para conversar com as pessoas e se preparar e nada impede que para o próximo ano haja uma nova Feira, num outro lado.-----

-----  
**A Proposta de Recomendação relativa à Feira do Livro e do Artesanato de Quarteira, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, foi colocada à votação e rejeitada com 23 votos contra do PS, 2 abstenções do PS e 11 votos a favor, 9 PSD, 1 CDS e 1 BE.**-----  
-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8104-001

De seguida foi discutida a **Moção de Protesto relativa ao Encerramento do Balcão dos CTT na cidade de Loulé**, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-

-----  
Para apresentar a Moção, foi cedida a palavra ao senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que fez a leitura da mesma.-----

-----  
Posto isto, usou da palavra o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, dizendo que a apresentação desta Moção não tem qualquer sentido, uma vez que no dia 9 de Fevereiro, há cerca de 16 dias, tinha sido aprovada aqui uma Moção sobre o mesmo assunto, portanto a Assembleia já se pronunciou maioritariamente de forma inequívoca sobre este assunto e manifestou o seu voto contra.-----

-----  
O senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, referiu que esta Moção aqui apresentada pelo PSD, não faz qualquer sentido, tendo em conta que foi aprovada na última Assembleia Municipal, com teor semelhante e lembra que a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS, foi enviada para todas as bancadas representadas nesta Assembleia, para que fossem dados contributos. A Bancada do BE deu contributos, que foram aceites e a Bancada do PSD, os únicos contributos que deu foi apenas sugerir tirar palavras e frases. Terminou a sua intervenção dizendo que o tempo do Lápis Azul já terminou.-----

-----  
Seguidamente o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, lembrou que a Moção aprovada aqui há 15 dias falava sobre a mesma matéria e o PSD na altura não aprovou esta Moção, porque falava muito do anterior Governo, e agora fala do atual Governo e manifestou a sua intenção de voto contra nesta Moção.-----

-----  
Para esclarecimentos sobre a Moção, o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, disse que a Moção em termos objetivos é muito idêntica, o comunicado político é que é diferente, uma vez que o Governo PS, tem mecanismos à sua altura para evitar o encerramento do serviço público aqui da cidade, e só não o faz porque não quer! É forte com os fracos e fraco com os fortes! A Moção anteriormente não foi aprovada por que a bancada do PS, quiseram colar uma ideia falsa. Quem fez com que o ultimo Governo de Portugal privatizasse os CTT, foram os 12 anos de governo do Eng.º José Sócrates, que levou o país à ruina, recorrendo ao Memorando de Entendimento, imposto pela TROIKA.-----

-----  
Pedi a palavra o senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, para esclarecer que o Memorando de Entendimento falava em 70% da privatização dos CTT e não 100%. Essa é que é a questão, por outro lado estamos a falar de uma entidade



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

privada e os senhores que defendem as entidades privadas, querem agora que o Governo vá interferir sobre a empresa?

Quando daqui a 2 anos terminar o contrato de concessão, vai-se ver qual vai ser a posição do PSD, sobre este assunto.-----

-----  
Foi dada a palavra ao senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que manifestou o seu protesto pelo comportamento de alguns senhores deputados, porque não é a melhor maneira de chegarmos a lado nenhum. Dizer ainda ao BE que vota contra esta proposta, que é igual à anterior, porque se é igual porque é que se vota uma vez de uma maneira e da outra vez de outra. O que estava aqui em causa era a crítica feita ao Governo do CDS e do PSD.-----

-----  
De seguida foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, dizendo que esse "Memorando de Entendimento", ou "Pedido de Resgate", feito para o País, que foi assinado pelo Governo de José Sócrates, mas também pelo PSD e pelo CDS, e já todos chegaram à conclusão, incluindo a TROIKA, o FMI, a Comissão Europeia, que a terapia apresentada em Portugal não resultou, e questionou o Senhor Deputado do PSD, se a versão que tinha lido era a de 2011 ou o reformulado de 2013? Dirigindo-se também ao Senhor Deputado do CDS, disse que não tinha dito que iria votar a favor esta proposta, mas que podia votar contra, porque na Moção anterior, falava-se que o Governo e a ANACOM, deviam intervir junto dos CTT, e nesta só se fala no atual Governo, e o facto é que nem tudo o que foi riscado na anterior é mentira, porque foi também o anterior Governo, que disse ao País, que queria ir para além da TROIKA, e foi, mas também é verdade que este Governo e a ANACOM, devem tomar uma atitude em relação a este assunto, e o Bloco de Esquerda já disse muito claramente qual era a sua posição, é que os CTT, que eram uma Empresa que dava lucro ao Estado, deveria estar na esfera pública, como outras que foram privatizadas e que davam lucros ao Estado.-----

-----  
Antes de passar à votação, e para conclusão, foi concedida a palavra ao senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, dizendo que esta Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, não reverte matéria com a mesma filosofia do Partido Socialista, porque os dois Partidos Políticos têm filosofias diferentes, assim como, a linguagem que também é diferente, porque a memória do PSD não é curta, e sobre a questão da privatização, disse que no ponto 3.3.1. do Memorando de Entendimento, refere que "o Governo acelerará o programa de privatizações, onde fala da TAP, da GALP, da EDP, da REN, Comunicações e Correio de Portugal", ou seja, foi em consequência da destruição do País, por parte do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

Partido Socialista, que levou a esta situação, e assinado naturalmente pelo PSD, porque foi necessário resgatar o País, e terminando a sua intervenção disse que para colocar esta Moção a votação, o PS terá que compreender que apesar dos dois Partidos PS e PSD não terem a mesma filosofia, a democracia impõe, que possam haver opiniões diferentes, e o PS tem uma maioria ampla, larga, legítima, mas a oposição do PSD também tem legitimidade, para fazer esta Moção.-----

De seguida foi colocada à votação a **Moção de Protesto "Encerramento do Balcão dos CTT na Cidade de Loulé"** apresentada pelo **Grupo Municipal do PSD**.-----

A Moção foi votada e rejeitada, com 25 votos contra (24 PS e 1 BE), 2 abstenções (Helena Baptista - PS e Manuel Gaspar - PSD) e 8 votos a favor (7 PSD e 1 CDS).-----

De seguida pediu a palavra o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, para apresentar uma Declaração de Voto, dizendo que a Bancada do PS votou contra, porque o PS já tinha votado favoravelmente a Moção sobre o mesmo tema, apresentada na última Sessão da Assembleia Municipal, de 9 de Fevereiro de 2018, não fazendo sentido, hoje ser apresentada e aprovada uma Moção sobre o mesmo conteúdo.-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, solicitou o documento escrito desta Declaração de Voto apresentada pelo PS, que será anexada e fará parte integrante da Ata desta Sessão.-----

Ainda pediu a palavra a senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, fazendo igualmente uma Declaração de Voto, em que disse que se absteve nesta votação, pela razão fundamental de que no seu entender, trata-se de uma questão de texto, anteriormente o PSD não votou na Moção que foi apresentada pelo PS, porque não concordou com uma parte do texto da Moção, agora, também o PS não concorda com uma 2.<sup>a</sup> Moção sobre o mesmo assunto, e que de acordo com a reflexão feita, disse que quando os assuntos são de importância fundamental para os munícipes, e que interessam a todos os cidadãos, e em que todos estamos unânimes no sentimento, o texto tem que ser feito com "pinças", e de uma forma rigorosa, com isenção, para que na realidade todos estejamos de acordo.-----

Também pediu para fazer uma Declaração de Voto o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que a proposta de Moção apresentada pelo PS na última



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

Sessão desta Assembleia, não foi votada pelo PSD pela inclusão de textos ofensivos ao bom trabalho que o Partido Social Democrata desenvolveu ao longo dos últimos anos, e como tal, foi proposto ao PS a alteração desses textos, de forma imperativa, e o PS não quis alterar essa proposta, e hoje, nesta proposta de Moção do PSD, o PS não quis votá-la apesar desta, não usar terminologia política que ofenda os opositores em matéria de declarações políticas, mas que visa a defesa dos interesses dos munícipes, que deve estar acima da pretensão política dos Partidos.-----

Pedi ainda a palavra o senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, dizendo que o PSD declara, que na representação do seu mandato popular, o PSD pretende acima de tudo, defender o interesse do Município, evitando o ziguezague político, do que não são os interesses do Município, e que o PSD declara-se sempre do lado dos mais necessitados.-----

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia**, passou de imediato ao ponto seguinte:-----

Proposta de Recomendação do Grupo Municipal do PSD "**Manutenção da Feira do Livro e Artesanato de Quarteira no Calçadão**".-----

Para apresentação da Moção, foi cedida a palavra ao seu preponente, o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que começou por dizer que este assunto já tinha sido abordado pela Bancada do BE, e que o tema prendia-se com a manutenção da Feira do Livro e do Artesanato, no Calçadão de Quarteira, e que muito já se tinha falado sobre este assunto, e que já se constatou que este Executivo está determinado em correr com os artesãos do Calçadão, para uma zona limítrofe, cuja consequência irá ser a redução drástica das receitas dos artesãos, e é nesse sentido que a Bancada do PSD, traz a esta Assembleia, uma Proposta de Recomendação para que este Executivo, condescenda e tenha a humildade de ouvir os munícipes, porque de acordo com o seu slogan, "o que interessa são as pessoas", mas na realidade o que estão a fazer neste caso, é precisamente o contrário, as pessoas, os artesãos, aqui não são considerados, porque com esta decisão tomada, os munícipes e os artesãos de pouco valem, e é nesse sentido, que o PSD apela à sensibilidade, à humildade, e à condescendência deste Executivo, para que, pelo menos durante este ano de 2018, mantenha a Feira, nos moldes em que está, mas obviamente com regulamentação e fiscalização.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8104-001

De seguida pediu a palavra o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, dizendo que iria votar favoravelmente esta Moção, porque ela diz na sua génese, o que a Bancada do BE também pretende, que é solicitar ao Executivo, que mantenha a Feira do Livro e do Artesanato, no Calçadão de Quarteira, pelo menos durante mais este ano de 2018.-----

Também pediu a palavra a senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, que no seguimento da Moção apresentada pela sua Bancada e mostrando a preocupação do PSD sobre este assunto, disse que ficou estupefacta com a frieza com que este Executivo lida com este assunto, uma vez mais demonstrada pelas intervenções tidas nesta Sessão, e disse o Executivo, que daria posteriormente justificação das suas posições, questionando o Executivo, se foi isso, o que foi pedido pelos artesãos? Porque o que os artesãos querem, e o que aqui pediram, é que querem fazer parte das decisões, que a si dizem diretamente respeito, a Câmara Municipal deve servir os interesses dos seus munícipes, e não o contrário, e tem havido uma enorme falta de consideração nestas intervenções, por parte deste Executivo, porque os artesãos têm questionado, o porquê de não terem sido ouvidos à priori, antes do Executivo avançar com o novo projeto, falou-se de uma pressão excessiva, mas essa pressão excessiva foi sentida por quem? Quem é que se queixou? Foram os artesãos? É porque os testemunhos que foram aqui tidos nesta Assembleia, não levam a Bancada do PSD a tirar essa conclusão, houve de facto muitas questões levantadas e poucas respostas, pelo que, questiona o Executivo de forma legítima, quem é que são afinal os interessados na instância deste novo projeto, se aqueles que são os principais interessados (os artesãos), não são ouvidos? Lamenta, mas disse que não pode concordar com o slogan do "eu quero, posso e mando", porque aquilo com o qual concorda, é "a população quer, nós podemos, e faremos por isso", pediu novamente ao Executivo que reflita seriamente, sobre as intervenções aqui tidas, que não podiam ter maior legitimidade, porque se trata daqueles que sentem os efeitos dessas decisões unilaterais, e é principalmente na vida destas pessoas, que as decisões deste Executivo, têm consequências imediatas e diretas. Disse aqui que, se falou nesta Sessão de bom senso, e o bom senso, aconselharia a que os artesãos tivessem sido ouvidos, antes de ser tomada qualquer decisão.-----

Não havendo mais intervenções sobre esta Proposta de Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, o senhor **Presidente da Assembleia**, passou de imediato à sua votação:-----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
Código Postal 8104-001

Proposta de Recomendação do Grupo Municipal do PSD "Manutenção da Feira do Livro e Artesanato de Quarteira no Calçadão", foi votada e rejeitada com 23 votos contra do PS, 2 abstenções do PS (Presidente da Assembleia Municipal, Adriano Pimpão e Deputado Fernando Pereira Marques), e 11 votos a favor (9 PSD, 1 CDS e 1 BE).-----

Concluído este ponto, o senhor **Presidente da Assembleia**, retomou a Ordem dos Trabalhos:-----

Antes de passar à discussão do PAOD, o senhor **Presidente da Assembleia**, informou que a Mesa tinha recebido por parte da Bancada do PSD, um Requerimento com uma proposta dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, e que diz respeito ao Período da Ordem do Dia, pelo que, entende que o mesmo deverá ser lido e entregue ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para que ainda possa ser respondido no decorrer desta Sessão, no ponto referente à Revisão do Orçamento.-----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** passou à leitura do **Requerimento apresentado pelo Grupo Municipal do PSD**:-----

"Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 48.º do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, vem a Bancada do PSD, solicitar a esta Assembleia, que se digne propor ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé, que se pronuncie sobre a Proposta de Recomendação de Alteração ao Orçamento e das Grandes Opções do Plano, datada de 15 de Dezembro de 2017, que consta da Ata n.º 4/2017 (Mandato 2017-2021), veiculada pelo Partido Social Democrata, que se anexa, fazendo parte integrante do presente Requerimento.

**Requerimento**:-----

Nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 13.º do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, vem a Bancada do Partido Social Democrata, apresentar a seguinte Proposta de Recomendação de Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2018:-----

Recorrentemente os nossos concidadãos e empresários na zona de Vilamoura, reclamam do estacionamento tarifado no período entre 1 de Outubro e 30 de Abril, concretamente entre a Avenida da Marina e a Avenida Tivoli, afirmando que este obtém o seu propósito nos meses de Maio a Setembro, ou seja, disciplinar o estacionamento, mas que no período de inverno tal não se justifica. Argumentam que os parques estão sempre vazios fora da época estival, dando um sinal desolador e sobretudo, que afasta os potenciais clientes locais, devido ao elevado valor do estacionamento. Neste sentido, e atendendo ao valor



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

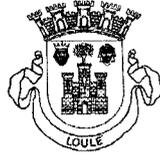
Código Postal 8104-001

superavitário que a Câmara Municipal de Loulé vem apresentando anualmente, seria oportuno analisar a possibilidade de eliminar ou isentar, no período entre 1 de Outubro e 30 de Abril de cada ano, o estacionamento tarifado na área supra indicada.-----

-----  
Dando continuidade, o senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte:-----

### 4- Período de Antes da Ordem do Dia;-----

-----  
Foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, que solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, informação relativa às Deliberações que resultaram da Reunião do dia anterior com os outros Autarcas, sobre a questão da perfuração e prospeção de petróleo na zona de Aljezur. A segunda questão colocada, foi referente à mobilidade em Quarteira, dizendo que continua a insistir neste ponto, apesar de saber que vai ser feita uma intervenção na Avenida de Ceuta, mas não sabe o tipo de intervenção, e na Rua Salgueiro Maia e outras em Quarteira, há situações em que de um lado passeio, há o declive para uma cadeira de rodas passar, do outro lado o passeio não tem qualquer declive, ou seja, não há passagem. A terceira questão colocada, foi dirigida ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salir, relativamente à possibilidade de haver ou não, outro terreno, para depósito daqueles materiais de apoio, pelo menos mais longe, do que os atuais 25 metros do Parque das Merendas? Outra questão colocada, foi a do transporte dos lixiviados, dizendo que foi apresentada uma queixa, e que de acordo com as informações que tem, esta situação não foi única, porque quando se vai ao Google, e se descobre camiões cisterna, naquele mesmo sitio, a fazer descargas de lixiviados, há que ter em atenção, porque normalmente aquelas fotografias de satélite, têm algum atraso temporal, e porque também visitou o local, e viu o tal camião cisterna da ALGAR, junto a uma tampa no solo que dizia "saneamento", a qual foi aberta, e o camião fez a descarga, e a questão que colocou foi a seguinte, o que é que se passa com a ETAR da ALGAR na Cortelha, está a funcionar ou não? Existe algum problema que leve a estas descargas de lixiviados? Existe uma Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário da Cortelha, mas ela funciona? É que há pessoas nesta Sala que fazem parte dessa Comissão, e têm conhecimento destas situações, ou não? Na sua opinião a ALGAR está a fazer o que quer, sem que ninguém faça nada para controlar as situações, porque disseram que iriam construir as duas células, que foram reprovadas por duas vezes nesta Assembleia, e de facto vão construí-las, é necessário colocar um travão na ALGAR, solicitando ao Executivo respostas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

para todas estas questões.-----

-----  
Foi dada a palavra ao senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, que solicitou resposta do Executivo a duas questões, a primeira questão colocada foi sobre, quem é que autoriza na Avenida do Mar, do Calçadão, as atividades lá instaladas? Quem recebe sobre essas autorizações? Sobre o documento entregue pelo cidadão Armando Calião, questionou se o Senhor Presidente da Câmara recebeu uma cópia do mesmo, porque este processo iniciou-se em 1997, e no seu entender, a Administração Pública, não pode estar anos e anos a fio, sem dar uma resposta definitiva, tem que responder ou sim, ou não, porque esta situação tem que ser resolvida. E sobre a ALGAR, disse que é realmente um escândalo o que se está a passar na Cortelha, e no seu entender se calhar deveria ser esta Assembleia Municipal a tomar uma posição sobre o Aterro Sanitário da Cortelha, porque a ALGAR vai avançando com mais espaço, e vão transformar aquela zona num espaço da ALGAR, onde essa empresa é completamente proprietária do espaço, e faz o que quer sem que ninguém fiscalize, vigie, o que não pode ser, e no seu entender, não sabe até que ponto é que a AMAL, não deva interferir e de começar a pensar num outro local no Sotavento, porque já há 20 anos, que aquele Aterro está no Concelho de Loulé, e como tal, deveria encontrar-se um novo local, porque aquele espaço não é eterno, e porque há questões ambientais, e este problema é muito delicado, mas é um problema que implica a vida dos nossos cidadãos e há muita coisa que pode ser posta em causa, ao fim de 20 anos, daquele sistema a funcionar mal, e que tem que funcionar bem, ou então tem que deixar de funcionar ali, e ir para outro lado, porque disse, que se cruzou poucos dias antes, com um camião cisterna da ALGAR, num cruzamento na Fonte Santa, confirmando o que foi dito pelo Senhor Deputado Rogério Rochinha (BE), e a CML e o Senhor Vereador do Pelouro, sabem que isto é verdade, por isso temos que atuar.-----

-----  
Foi dada a palavra ao senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, dizendo que a legislação recente sobre, a aceitação por parte dos restaurantes da entrada de animais domésticos nos mesmos, no seu entender não faz sentido, porque isso não deveria ser permitido, porque a ASAE exige higiene alimentar nos restaurantes, e essa higiene é incompatível com a existência de animais nos restaurantes, e que os donos dos restaurantes deveriam poder tomar uma posição.-----

-----  
Também pediu a palavra o senhor **Deputado Fábio Nobre (PS)**, que se congratulou com a união demonstrada no dia anterior, na conferência de imprensa, sobre o assunto da prospeção de petróleo na costa Algarvia, referindo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

que nas últimas reuniões da Assembleia Municipal, do mandato anterior, nomeadamente da Sessão realizada no Ameixial, tinha solicitado que ficasse registado em Ata, que colocaria o seu lugar nesta Assembleia à disposição, caso essa prospeção avançasse, e efetivamente, agora ficou com a esperança, que tal não suceda, face à união revelada e muito rara, por quase cerca de 30 Entidades, na sua maioria Algarvias, mas também do Baixo Alentejo e geral, porque é uma preocupação nacional, e quer acreditar que este assunto, será resolvido favoravelmente, e que o Governo perceberá que avançar com uma medida destas, será quase um suicídio político, tal é a dimensão que está a atingir, e que foi amplamente anunciado em vários órgãos de comunicação social, e imprensa escrita, pelo que, felicitou esta ação, conferência e união demonstrada, que vem fortalecer e demonstrar uma união rara, num aspeto que é fundamental para todos nós, porque direta ou indiretamente, seríamos todos afetados por tal medida.-----

De seguida usou da palavra o senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, referindo que a sua intervenção é baseada numa série de questões que a Bancada do PSD gostaria de colocar ao Executivo, e que às quais, queriam obter resposta, rompendo a prática do Executivo, de não responder às questões. Começou por falar na preocupação relacionada com a questão da saúde no Município de Loulé, porque independentemente da gestão dos Centros de Saúde, serem da competência do Ministério da Saúde, o Município também tem competências nesta matéria, no caso concreto até, na contratação de médicos, na contratação de enfermeiros, a compra e disponibilização de material e pessoal auxiliar, e alguns bens fundamentais, para a concretização dos objetivos para uma saúde equilibrada dos munícipes, nomeadamente, também alterar o horário de funcionamento do Centro de Saúde de Quarteira, porque o Município tem competências, tem instrumentos legais e tem dinheiro com fartura, mais do que a maioria, dos orçamentos dos Municípios do País, e isso deve-se naturalmente à cobrança dos impostos, e de não conseguir gastar o dinheiro, ou seja, o Município continua a cobrar impostos, a esforçar os cidadãos, a economia, e não consegue aplicar essas receitas, em prol da melhor condição de vida dos cidadãos, particularmente, na saúde, e neste sentido, solicitou ao Presidente da Câmara Municipal, que refletisse, que utilizasse os seus meios legais e os da Câmara, e também políticos, para que possa fornecer melhores serviços de saúde à nossa população do Concelho de Loulé, sobretudo em Quarteira, porque já que se fez substituir à Administração Central, para terminar e fazer mais um troço da Circular de Loulé, apesar de algumas pessoas não terem concordado com tal decisão nesta matéria. Sendo a saúde de maior necessidade, mais



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

aceleradamente deveria ter tomado esta iniciativa que aqui se propõe, deixando a Circular de Loulé para outro momento. Outra questão que também considera de muita importância para o PSD, para além da questão já levantada, do estacionamento tarifado em Vilamoura, é a do investimento em Vilamoura, porque Vilamoura precisa de investimentos fortes, nomeadamente, que sejam estruturantes, e particularmente na área do estacionamento, e para a época de verão, numa área central, na área envolvente da Praça Cupertino de Miranda, havia ideias sobre essa matéria, mas nada foi concretizado, sempre com a questão por trás, de que seria caro fazê-lo. Também a questão dos acessos a Vilamoura, e do litoral em geral, precisam de ser acautelados, é certo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem projetos nesse sentido, mas era bom, que já neste verão de 2018, houvesse algo criado, para facilitar a fluidez e a boa imagem do nosso Município na área de Vilamoura. Outra questão levantada, e à qual solicitou resposta por parte do Executivo, foi a questão das verbas de jogo do Casino de Vilamoura, são dirigidas para que tipo de investimentos? onde? e como?, pedindo esclarecimentos sobre a aplicação destas verbas.-----

Também usou da palavra o senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que começou por falar da conferência de imprensa, ocorrida no dia anterior, dizendo que Loulé, atualmente é a capital a nível nacional, da luta contra a exploração e prospeção de petróleo, porque se trata de uma causa que deveria tocar todos nós.-----

Foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, dizendo que gostaria de saber o ponto de situação da nomeação de um Técnico do ISQ, para efeito de acompanhamento da Comissão do Aterro Sanitário da Cortelha, porque no seu entender, trata-se uma situação urgente, porque ninguém neste momento fiscaliza nada, porque não têm conhecimentos para isso, e porque a ALGAR tenta enrolar tudo e todos, e como tal, temos que ter um Técnico que nos transmita, periodicamente, o que passa no Aterro, e não dá para esperar mais tempo.-----

Foi também concedida a palavra ao senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que quis reforçar novamente o tema da saúde, algo demasiado precioso, e sobretudo a questão do Centro de Saúde de Quarteira, que fecha às 20h00 da noite, e que não tem médicos em número suficiente, para conseguir dar soluções aos problemas da população, e que no seu entender, a Autarquia, pelas competências que lhe são atribuídas, pela Lei n.º 75/2013, deve ter um papel mais ativo, mais exigente, e assumir responsabilidades na área da saúde, através da contratação de médicos, de pessoal auxiliar, e pela contratação de todo o tipo de ativos que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

possam contribuir para a melhor saúde do nosso Concelho, pelo que, no seu entender, a situação calamitosa que se vive em Quarteira, deve acabar, porque esta situação deverá ser valorizada e acarinhada por este Executivo, através dos seus excedentes financeiros, que pode dar uma capacidade de resposta aos cidadãos de Quarteira e aos turistas que vêm até cá no período do verão, e que se vêem confrontados com este enorme problema, sobretudo o da falta de médicos, que não cumpre as suas necessidades.-----

De seguida pediu a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Salir, Deodato João**, e referindo-se à situação do tal estaleiro, que se situa na zona da Lagoa da Nave, disse que o que lá se encontra, é apenas pó para a fabricação do dito micro aglomerado betuminoso frio, e que é constituído por pó e bago de arroz, que é o que se encontra neste momento no local, e depois é na própria estrada, que o camião faz a execução desta solução, com a mistura de água, cimento, bago de arroz, e o dito pó, que faz o tal betuminoso, a frio, e como tal, pensa que no local, não existem elementos tóxicos, óleos, de qualquer natureza, que nos preocupe, tranquilizando todos, no que diz respeito a esta matéria, porque também não é fácil encontrar um espaço, de cerca de 1000 metros quadrados, e a Junta de Freguesia tinha este espaço, da qual é proprietária, porque o terreno foi doado por um proprietário à Junta, e como esta intervenção não tem uma durabilidade, maior que cerca de 1 mês e meio, e que o seu fim está previsto para daqui a 10 dias, não haverá razões para alarme. Quanto à questão do Aterro Sanitário, essa sim é uma preocupação, e referiu que a Comissão de Acompanhamento é constituída pelo Presidente da Junta de Freguesia de Salir, representantes de várias Entidades, representantes das várias Autarquias que lá depositam o lixo, pelo Senhor Presidente da CML, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial, a RH, a APA, em suma, muitas Entidades que têm acompanhado ao longo dos anos o que lá se passa, mas infelizmente têm acontecido lá muitos incidentes, inclusivamente o aparecimento de animais mortos a alguns quilómetros de distância, até Alcoutim, e que cujas análises às águas dos solos ainda não se conhecem os resultados, o que é muito grave, e se fosse fácil mudar de local aquele Aterro Sanitário, a população de Salir já o tinha feito há muito tempo.-----

Voltou a pedir a palavra o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, dizendo que depois de ouvir todas as intervenções feitas pelos Senhores Deputados sobre a ALGAR, ainda ficou mais preocupado com o que se passa lá. E em relação à questão da saúde, também abordada nesta Sessão, disse que a Câmara Municipal, tem intervindo várias vezes com coisas, mas no seu entender, é contra a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

descentralização de poderes, e não concorda que seja a CML a substituir-se ao Serviço Nacional de Saúde, o que é necessário é reformular-se o SNS, esse é que facto tem que ser reformulado, e deve ser universal, como tem sido até agora, esta Câmara Municipal, e outras a nível nacional, têm ajudado os Centros de Saúde e essa ajuda será sempre necessária e Benvinda, no entanto, o importante é reformular o Serviço Nacional de Saúde.-----

-----  
Para responder a algumas questões, foi concedida a palavra à senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, falando da área de jurisdição da frente mar de Quarteira, referiu que a mesma cabe à Capitania do Porto de Faro, e é a essa Entidade que também cabe o licenciamento das atividades aí desenvolvidas, bem como, a cobrança das respetivas taxas.-----

-----  
De seguida usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara**, que começou por falar da decisão dos Autarcas, relativamente ao dia anterior na conferência de imprensa, dizendo que Loulé é cada vez mais reconhecido, como o centro da contestação à política que pretende insistir na utilização dos combustíveis fósseis, e são as Organizações como o "Futuro Limpo", que vem de Lisboa, que nos dizem isso, e que dão os parabéns ao Município de Loulé por ter estado sempre na linha da frente e tem-se destacado de entre os outros, assim como a AMAL, que também tem tido uma posição coerente desde o início, por contestarem esta política, e ontem os Autarcas, as Associações Ambientalistas Regionais e Nacionais, as Associações Empresariais, e a Região do Turismo do Algarve, convergiram num texto e num acontecimento único, de luta, que voltou a trazer esperança, apesar dos interesses à sua volta serem muito grandes e de contratos terem sido assinados, mas o Senhor Secretário da Energia, agora está amarrado àqueles contratos, e isso na verdade condiciona a ação política futura, contudo, disse que acredita que, quando os cidadãos querem, e quando os cidadãos se organizam, e quando os cidadãos são exigentes, e se conseguem fazer exprimir com os porta-vozes adequados, é possível fazer reverter estas decisões políticas, e como tal, foi assinado um documento por todos os presentes, e esse documento foi tornado público, no dia anterior, no decorrer da conferência de imprensa, e hoje, dirigiu uma carta ao Senhor Primeiro-Ministro de Portugal, em primeiro lugar, no sentido de lhe enviar o documento aprovado por todos, e em segundo lugar para lhe solicitar uma reunião urgente, para insistir, que aquela autorização dada pelo Governo, tem que ser cancelada, que aquele furo tem que ser cancelado.-----

Quanto à questão da mobilidade em Quarteira, disse que, tal como a mobilidade em geral no País, é um problema, mas a Câmara Municipal está a trabalhar no



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ**

Código Postal 8104-001

assunto, e as coisas têm melhorado muito nos últimos anos, e vai-se continuar a trabalhar com a consciência de que esta é uma prioridade deste Executivo, e que o espaço urbano deve ser mais amigável do cidadão, e que deve ser mais confortável e mais seguro, e em todas as empreitadas, obras públicas que a CML promoveu nos últimos anos, e irá fazer no futuro, englobarão todos esses valores, e essas exigências irão estar presentes na conceção dos projetos, e momento da execução das obras.-----

Sobre a ALGAR, disse que era uma questão que o preocupava muito, e que deve preocupar a todos, porque esta Empresa está habituada a que não seja escrutinada, porque foi efetivamente criada uma Comissão de Acompanhamento, mas não tinha um Regulamento, e faltava-lhe muita coisa, e agora que se foi descobrir a sua composição, pensou-se numa estratégia para contratar fiscalização, para fiscalizar tecnicamente o modo de gestão do Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio, e o que está a ser feito neste momento, com base nessa Comissão de Acompanhamento, dotá-la de um Regulamento, para que possa ser apresentada uma proposta, para ser aprovada, a solicitar essa contratação de uma terceira parte. Disse ainda que, depois de muita insistência, conseguiu-se ter o acordo assinado, em que finalmente a ALGAR, vai assumir a gestão daquelas três Micro-ETAR'S, que foi acordado no momento inicial da construção do Aterro Sanitário, e que aquelas populações deveriam ter no mínimo, para tratamento das águas e esgotos, e que finalmente, se conseguiu, após tanto tempo, com muita resistência pelo caminho, porque a ALGAR não está preocupada minimamente, nem com a qualidade do ambiente, nem com a nossa segurança enquanto cidadãos, aquele tipo de Empresas, é gerida por filosofias completamente mercantis, e não lhes interessa muito mais que o dinheiro, e este é o resumo da experiência que tem colhido, e é o que transmite nesta Sessão, com toda a segurança, e com toda a frontalidade, mas da parte deste Executivo, a ALGAR não irá ter descanso, porque o que aqui foi dito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salir, que também tem acompanhado esta situação ao longo dos anos, que aquela Comissão de Acompanhamento é uma Comissão que não vale de nada, porque há sinais muito preocupantes, mas a partir de agora, vamos estar muito presentes, com conhecimento, com direitos, a fiscalizar o modo de gestão daquele Aterro Sanitário, porque não pode haver ETAR'S avariadas durante um quanto tempo, não pode haver recolha de lixiviados porque a ETAR não os trata, que depois são vazados numa estação elevatória qualquer, sem qualquer tipo de tratamento adequado, e ainda bem que o Deputado do Bloco de Esquerda alertou o Executivo, porque a CML desconhecia esta situação, e imediatamente a Câmara Municipal se pôs em campo, e agora já se conhece a história toda, e já foi comunicada à ALGAR e às Águas do Algarve, e eles já perceberam que vão ter que mudar muita



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

coisa, porque a CML a partir de agora vai estar muito atenta a tudo e vai solicitar respostas a tudo, porque ainda temos um caminho a percorrer, contudo, pediu aos membros desta Assembleia, um voto de confiança no trabalho que o Executivo está a fazer, porque esta mudança de atitudes vai levar tempo, tal como levou à assinatura deste acordo escrito entre as três partes (ALGAR, Águas do Algarve e CML), que regula a construção feita pela ALGAR, das Micro-ETAR'S, depois a entrega das mesmas às Águas do Algarve, que as tem que explorar, e a Câmara Municipal que as tem que fiscalizar, tudo isto foi finalmente conseguido e virá a esta Assembleia a proposta para se declarar o Interesse Público Municipal daquela obra.-----

Sobre o assunto da saúde, disse que não é o Ministro da Saúde, nem membro do Governo, e que nós estamos na escala local, e o que o Senhor Deputado do PSD pediu, são coisas que enquanto Presidente de Câmara, não tem competências para o fazer, porque o que é possível fazer, é feito, como arranjar e emprestar viaturas, arranjar ar condicionados, comprar materiais, e neste momento já há trabalho feito, e vai passar-se à fase de projeto, para uma nova USF, que há anos que funciona provisoriamente em contentores, mas que em breve deixará de funcionar, porque vai ser feita uma nova, e os médicos todos da USF de Loulé, estão a acompanhar o trabalho da CML, trabalho esse que também está a ser feito com a ARS, e tudo o que está no âmbito de ação da Câmara Municipal é feito, mas contratar médicos e gerir Centros de Saúde, não temos essa competência, porque são coisas de muita responsabilidade e são da competência da Administração Central.-----

-----  
Terminado este ponto o senhor **Presidente da Assembleia**, passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:-----

### **5-Período da Ordem do Dia;**-----

-----  
De seguida o senhor **Presidente da Assembleia**, informou que tinha recebido uma solicitação do Executivo, no sentido de alterar a ordem de discussão das alíneas, e passar para primeiro lugar a alínea d), que tinha a ver com a 1.ª Revisão do Orçamento, colocando à consideração dos Senhores Deputados a concordância para esta alteração. Não havendo qualquer inconveniente demonstrado pelos Grupos Municipais, foi aceite por todos esta alteração, tendo de imediato dado início ao seguinte ponto:-----

-----  
d)- **Proposta 12/2018- Deliberação relativa à 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita / 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa / 1.ª Revisão ao Plano de**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8104-001

**Atividades Municipais / 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos**, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta Camarária n.º 231-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Sobre esta proposta, o senhor **Presidente da Assembleia**, referiu que tinha dado entrada, um **Requerimento do Grupo Municipal do PSD**, sobre esta alínea d).-----

De seguida, para apresentar esta proposta, foi concedida a palavra ao senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, que começou a sua intervenção deixando uma nota pessoal e sentimental pelo falecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, que considerava uma pessoa muito boa. Relativamente a esta proposta de Revisão Orçamental, disse que acontece pela integração de parte do saldo, e que vem no seguimento da aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2018, na Sessão da Assembleia Municipal de 15 de Dezembro, e como foi dito nas reuniões preparatórias, foi solicitado aos Partidos Políticos, o seu contributo naquilo que poderia ser depois a integração, incorporação na Revisão Orçamental que agora ocorre, referindo que a maioria desses contributos foram incorporados no Orçamento, embora a proposta não os refira especificamente, aproveitou na apresentação desta proposta para os referir em concreto. Começou por dizer que o que estava previsto era uma incorporação do saldo de 24 milhões de euros, e o que aconteceu, foi que houve a necessidade de incorporar mais 5 milhões de euros, num total de 29 milhões de euros, sendo que, esses 5 milhões de euros, em grande parte se devem à não entrada em vigor do novo sistema contabilístico SNCAP, do qual a Câmara Municipal de Loulé, foi apanhada desprevenida, porque só teve conhecimento através de um comunicado do Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, a 2 dias do fim do ano de 2017, e como tal, toda a preparação que estava a ser feita por parte da Câmara, e de todo o Departamento Financeiro, e do Departamento Informático, em que houve um esforço enorme, também em termos de custos, pelo que mostrou o seu desagrado, a esta decisão governamental, que provoca distúrbios administrativos e operacionais, extremamente desnecessários, e como tal, esta situação levou ao tal acréscimo de 5 milhões de euros, devido às restituições de impostos terem que ser abatidas à receita. Em relação àquilo que é a incorporação dos cerca de 24 milhões de euros, houve um esforço significativo por parte da Câmara, que tem a ver com a questão da habitação, referindo que nesta matéria todos os Partidos Políticos são unânimes, em que esta vertente da habitação é extremamente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

importante, e está referido na proposta inicial, a aquisição de imóveis para habitação, totaliza cerca de 1.250.000,00€ (um milhão duzentos e cinquenta mil euros), ou seja, há aqui um acréscimo daquilo que era residual na contabilização, e por isso foi incorporado. Em relação às propostas que foram apresentadas pelo Partido do BE, foram incorporadas várias, o reforço na aquisição de edifícios para a habitação, a aquisição do imóvel do antigo Casino de Quarteira, a reparação de pontos de água e construção de aceiros, a construção e reparação de açudes, o reforço dos programas de apoio à manutenção e reparação de edifícios de IPSS e também a conservação e reparação dos fogos de habitação social.-----

Terminou a sua intervenção dizendo que, estes eram os temas principais desta Revisão Orçamental, e aquilo que ela acrescenta ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano é de facto um reforço naquilo que é a aquisição de terrenos, aquisição de edifícios, reabilitação de edifícios, com um objetivo claro, que é a aposta na habitação.-----

Pedi a palavra o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, que começou a sua intervenção colocando várias questões ao Executivo, começando pela questão do imóvel do antigo Casino de Quarteira, se já foi resolvido o problema da escritura? E em relação ao Orçamento Participativo, que é que se passa? Algum dos terrenos adquiridos vai servir para a construção do novo Canil Municipal? De seguida referiu que o Grupo Municipal do BE, verificou com agrado que algumas das suas propostas tinham sido acolhidas pelo Executivo Municipal, e que foram incluídas nesta Revisão Orçamental, mas numa Revisão de 29 milhões de euros, verificou que há subsídios às IPSS, mas não verificou qualquer obra de apoio à infância, ou aos idosos, e essa no seu entender, é uma lacuna, e o Concelho de Loulé tem problemas, principalmente na infância e com os idosos. Também questionou o Executivo se seria, ou não, por causa do novo programa contabilístico, que a alínea 06.02.03 que diz "Outras", e a 99 que diz "Diversas", que tinham uma dotação de 105 mil euros, foi reforçada com uma dotação de 997 mil e 500 euros, o que é isto? Quase mais de 1 milhão de euros, em relação à dotação que havia, e ainda há outras para as quais gostaria de obter igualmente uma explicação, na do "Material de Transporte" que diz na anterior dotação 57.100 euros, e que agora é dotado com mais 2 milhões e 274 mil euros, e que pelo que foi dito pelo Senhor Vice-Presidente, pela não entrada do novo programa contabilístico, aplica-se na questão da restituição de impostos e taxas cobradas, que tinha uma dotação de 500 euros, e passa a ter uma dotação total de 1.725.500 euros, questão à qual também gostaria de obter esclarecimentos.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

Também pediu a palavra o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que a Bancada do PSD compreende que a transição do saldo de gerência para este ano, implica o reforço de verbas na ordem dos 24 milhões de euros, e que dessa transição de saldo de gerência, há obviamente uma implicação na parte da despesa, mas na realidade o que preocupa o PSD é essa aplicação da receita, porque no Orçamento inicial, existe uma tendência absolutamente clara de distribuição de custos e não propriamente de uma multiplicação de proveitos, e entendem que na realidade há aqui rúbricas que tal como foram afluídas pela Bancada do BE, não entendem, como reforços de verbas na ordem dos milhões de euros, no caso dos "Edifícios", no caso do "Material de Transporte", no caso de "Outros", no caso de "Outras construções e infraestruturas", e obviamente que causa preocupação a indefinição e inclusão destes reforços nestas rúbricas. Para além disso, o que na realidade seria mais sensato seria a construção para a habitação a custos controlados e na realidade parece que o Executivo optou pela solução mais fácil, compra de edifícios, e obviamente que quem paga é o Erário Público, são os contribuintes, todos nós, e nesse sentido, a Bancada do PSD, considera que esta não será a melhor política deste Executivo, de comprar, em vez de construir, obviamente também pelo valor do custo da aquisição em vez da construção. Deixou ainda uma última consideração ao Senhor Vice-Presidente, o facto de acharem um pouco bizarro, que na rúbrica 02.01.15 "Prémios, condecorações e ofertas", se passe de um valor de dotação de 916 mil euros, para mais 350 mil euros, e que esta era claramente a face deste Executivo, uma política distributiva, uma política de oferta, sempre com o dinheiro dos outros, dos impostos, que custa muito a ganhar, que custa muito a reter.-----

Voltou ainda a pedir a palavra o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, para solicitar um último esclarecimento sobre este assunto, relativamente às alterações de dotação financeira, na rúbrica 114/I de 2016, Rede de Águas ao longo da EN 125, entre a Maritenda e Quatro Estradas, sobre a anulação da verba de 350 mil euros.-----

Pediu também a palavra o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, para colocar uma questão ao Executivo, relativamente à habitação, se o Executivo pretende, ou não, construir imóveis para criar mais guetos, como já foram criados no Concelho, ou seja, a opção pela aquisição de edifícios construídos será precisamente para se poder diversificar a colocação de famílias, porque mais bairros dos pobrezinhos, isso era antigamente.-----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
Código Postal 8104-001

Usou também da palavra o senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, dizendo que desde 1996, 1997, 1998, foram anos em que se construiu em Loulé, não foram barracas, guetos, e de lá para cá, nunca mais houve, em termos orçamentais, nada em termos de habitação social, ou habitação a custos controlados, e o PSD não construiu nada ou quase durante anos, e a Bancada do PS obviamente que apoia a gestão municipal, na sua totalidade, e em todas as componentes, e essencialmente na necessidade premente da habitação e de encontrar várias soluções, como se encontrou para resolver o problema do Bairro da Lata, com certeza que passa pela aquisição de edifícios, aquisição de terrenos, acordos com privados, etc.-----

De seguida foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, dizendo que em relação às intervenções aqui feitas, cada Executivo tem a sua forma de por em prática as suas políticas e a sua visão da sociedade, uns mais intervencionistas, outros menos, uns mais direcionados para a parte privada, dando a iniciativa à parte privada para fazer, e outros sendo eles próprios a fazer, e nos anos em que o PSD esteve à frente do Executivo Municipal, procurou ser equilibrado nessa matéria, comprou habitações e procurou construir habitações, como o caso da construção nova no Bairro da Abelheira, a construção dos Blocos novos onde existiam os lavadouros municipais para resolver o problema do Bairro de Sta. Luzia, entre outras, mas não se está aqui a fazer um balanço de quem fez mais ou de quem fez menos, mas no fundo o que quer dizer é que este Executivo Municipal, em 4 anos não fez uma única habitação social, nem resolveu problemas de habitação, e que agora ainda está a tempo de o fazer, mas pelo menos que o faça, mas não lhe parece que a aquisição de habitações, neste momento, seja o mais indicado, quando o valor das casas está elevado, isso é evidente para todos, e que no seu entender esta política está completamente errada, porque as casas que estão para serem compradas, neste momento, serão num momento, em que nessa área os preços estão em de alta, e isto deve ser considerado, tido em atenção. Abordando outro assunto, felicitou o Executivo, pela liderança que tem tido no processo, contra a exploração de petróleo na costa Algarvia, mas no seu entender se fosse a AMAL a assumir a liderança deste processo, teríamos tido muito mais êxito na resolução do problema, e porque é que não é a AMAL? Referindo-se à questão do Aterro Sanitário da Cortelha, disse que a responsabilidade deste problema é do Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), enquanto Presidente da Câmara Municipal de Loulé, na altura em que autorizou a sua construção, para mal da população da Cortelha e da população da Serra, e se não funciona bem, como disse o atual Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Aleixo, porque não há fiscalização efetiva, tal como não há na Feira do Livro e do Artesanato em Quarteira, e os problemas que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

se verificam hoje, são devidos a essa incapacidade de exercerem a obrigação que têm.-----

Para responder a algumas questões colocadas foi concedida a palavra ao senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, que relativamente à questão da Revisão do Orçamento e de como é que ele está distribuído, disse que era uma falsa questão do ponto de vista do que é a utilização do saldo para a despesa neste caso corrente, porque no documento das modificações do Orçamento da Despesa, a partir da classificação 07, que é a Aquisição de Bens de Capital, cerca de 70 a 80%, ou mais até, é de investimento, e este Executivo não concebe que derivado ao preço dos terrenos, e preço das habitações, ser elevado, não se deva intervir, porque isso é errado, porque do ponto de vista social, e das solicitações diárias por parte das pessoas, nomeadamente até de Boliqueime, que dizem não ter habitação, jovens com 25 anos e 30 anos a ganharem um vencimento até 1.000 euros/por mês, não se consegue conceber que não haja uma forma de conseguir ajudar estas pessoas ao nível da habitação, e isto tem que ser feito pela Administração Pública, neste caso, pela Câmara Municipal, porque numa região como a do Algarve, tem que haver uma intervenção de iniciativa pública, sobre esta matéria, e o Algarve tem este problema grave, de não ter habitações a custos controlados, principalmente para jovens casais, que queremos incentivar a que fiquem no Algarve, e por isso é necessário fazer alguma coisa, e é por isso que o orçamento de facto vai incrementar muita despesa nesta matéria, devido às solicitações e às emergências das pessoas que têm vindo ter com o Executivo e dos vários Presidentes de Juntas de Freguesia, e que isto é uma política macroeconómica local e que não se vai deixar cair, e que até o Governo incentiva através do pacote de habitação que está praticamente a sair sobre esta matéria.-----

Sobre as questões específicas da Revisão Orçamental, em relação ao Orçamento Participativo, disse que não tem uma incorporação no Orçamento, porque ele não tem despesa este ano, ou seja, o OP de 2018, vai-se iniciar dentro de alguns meses, na escolha das propostas, que terá influência na execução da obra em 2019 e 2020, em dois anos subsequentes, e depois haverá novamente OP em 2020, com execução em dois anos, e é assim que se vai estruturar o Orçamento Participativo daqui para a frente.-----

Quanto à matéria sobre a rubrica de "Outros", com cerca de 2,2 milhões de euros, refere-se a, 400 mil euros de aquisição de viaturas ligeiras, 500 mil euros de aquisição do veículo de socorro e assistência especial, 110 mil euros de aquisição de outras viaturas de apoio, 250 mil euros de aquisição de um veículo tanque tático florestal, 100 mil euros de aquisição de um veículo ligeiro de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

combate a incêndios, 850 mil euros de aquisição de dois autocarros (um de 33 lugares e outro de 50 lugares) e 74 mil euros de aquisição de viaturas de recolha de resíduos, resumindo, esta verba é para aquisição de viaturas, nas suas várias vertentes de intervenção municipal.-----

Sobre a rúbrica " Prémios, condecorações e ofertas", disse que pode efetivamente dar azo a um erro de interpretação pelo que está mencionado neste documento, mas que de facto esta diminuição tem a ver com os Manuais Escolares, porque estão incluídos nesta rúbrica, e os Manuais Escolares, diminuem porque o Governo no seu Orçamento de Estado de 2018, resolveu incorporar mais verba, ou seja mais 2 Ciclos, na aquisição de livros.-----

-----  
Também foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que respondendo à questão suscitada pelo Senhor Deputado Rogério Rochinha (BE), disse que a CML está a tentar descobrir um terreno para construir um Canil Municipal novo, mas que não está a ser fácil, porque existem os clássicos problemas inerentes à construção e ao terreno para essa construção, e que prevê que este assunto provavelmente só seja resolvido no âmbito da Revisão do PDM, porque só aí é que se conseguirá ter a elasticidade e a liberdade, para se poder encontrar um terreno com a aptidão construtiva e que não seja incomodativo, porque não pode estar dentro da cidade.-----

Relativamente à questão da habitação, disse que na verdade o País todo falhou nesta área, pois o nosso Estado Social, o nosso Estado Providência, que aparece em Portugal no final da década de 60, início dos anos 70, e que se acelera muito rapidamente com a Revolução do 25 de Abril, praticamente focou-se no Sistema Nacional de Saúde, numa Rede Pública de Escolas, e na Segurança Social, e a Habitação foi sempre ficando para trás, e que aparece desfasada da Europa, e sempre com dificuldades de resolução de problemas, a este nível da habitação, e comparativamente à Europa, somos o País que menos tem investido nesta área, e não só na habitação social, para os mais carenciados, mas também na habitação de iniciativa pública, direcionada aos jovens em início de vida, e como tal, este Executivo vai fazer uma abordagem múltipla, e irá atacar os problemas da regeneração da habitação degradada no núcleo histórico, e irá adquirir-se construção feita, e irá promover-se a aquisição de solos municipais, para que através de iniciativa própria, a Câmara construa blocos de habitação, mas não se vai juntar as pessoas todas, porque o conceito de juntar as pessoas todas em vários blocos alinhados, porque o conceito de bairro clássico, provou que não era bom socialmente, porque não integra, estigmatiza, e não ajuda aquelas pessoas a saírem do status em que se encontram, por isso vai-se optar por outras escolhas políticas, e que o Executivo está recetivo a receber propostas de todos, porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8104-001

no mês de Maio, irá apresentar um plano ambicioso, para além desta legislatura, para que de uma forma sistemática se consiga atacar este problema, que nos aflige muito, para tentar no mínimo minorar a consequência desta estagnação em que temos vivido. Terminou a sua intervenção dizendo ao Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), seu antecessor, que o Executivo PS não perdeu 4 anos, quanto muito, apenas 2 anos, porque nos primeiros 2 anos do exercício de funções, nem sequer era possível pensar se teriam recursos financeiros para resolver os problemas sociais deste Concelho, e foi a meio do mandato anterior, que se percebeu que já haviam recursos, valor para resolver problemas, entre eles, problemas sociais.-----

De seguida foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Senhor Vice-Presidente sobre as aplicações de verbas e às transferências do saldo de gerência, e solicitou que futuramente, para que todas as Bancadas Municipais, possam ficar mais esclarecidos, fosse possível elaborar um documento em anexo, onde as rúbricas "Outros", viessem mais desdobradas, para que se conseguisse visualizar a aplicação das verbas, seria mais esclarecedor e permitiria uma análise mais célere e clara, por parte das Bancadas. Referiu-se ainda à afirmação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente à questão da habitação, quando disse que não podia ter atuado mais cedo porque não tinha verbas, disse que com certeza se tinha esquecido que na realidade, nesse mandato tinha 13 milhões de euros disponíveis na conta, como tal, não entendeu o sentido dessa afirmação, porque podia ter desenvolvido ações sociais.-----

Também foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, dizendo que gostaria de deixar à reflexão a seguinte questão, "Imaginam quantas lixeiras haviam no Concelho de Loulé?".-----

De seguida também foi dada a palavra ao senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, dizendo ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que na sua opinião, as decisões têm que ser tomadas em tempo útil, porque senão, perdem-se as oportunidades, e voltando ao assunto da habitação, disse que no seu tempo, uma das suas preocupações, era de que o Concelho de Loulé, nos principais núcleos habitacionais de Loulé, Almancil e Quarteira, tivessem uma oferta de habitação, para que a grande quantidade de trabalhadores que vinham trabalhar para o Concelho, com a abertura do IKEA, pudessem ficar a viver, nomeadamente, casais novos, no nosso Concelho, mas o que se verifica é que a Cidade de Loulé, não tem capacidade de oferta, e a maior parte das pessoas teve que ir para Faro, Olhão,





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Asssembleia Municipal de Loulé

N.º Entrada 47

23 / 02 / 18

## VOTO DE PESAR

Falecimento de

### **Carlos Eduardo da Silva e Sousa (1957-2018)**

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Loulé, apresenta um sentido VOTO DE PESAR, pelo falecimento da ilustre e reputada figura da sociedade Algarvia, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, de 60 anos de idade, falecido no dia 22 de Fevereiro de 2018, na sua residência, vítima de um acidente cardiovascular.

Carlos Eduardo da Silva e Sousa, nascido a 13 de abril de 1957, era licenciado em Direito e, antes de ser presidente da autarquia, era advogado de profissão, tendo tido diversos cargos ligados à Ordem dos Advogados na região algarvia. Era ainda agricultor, administrando as propriedades de família, nomeadamente as ligadas à produção de vinho.

Carlos Silva e Sousa, estava no seu segundo mandato à frente da Câmara Municipal de Albufeira, eleito pelo PSD, tendo antes sido presidente da Assembleia Municipal, bem como deputado à Assembleia da República, durante quatro anos, entre Junho de 2011 e Novembro de 2015.

O Algarve perdeu um grande homem, um grande Autarca, íntegro, generoso e, principalmente, sempre disponível para todos. Pelo seu exemplo de dedicação aos outros, à causa pública, pela sua invulgar cultura democrática e elevação pública, Carlos Silva e Sousa ficará sempre na memória de todos os Algarvios, assim como de todos aqueles que tiveram o privilégio de o conhecer pessoalmente.

Porque as pessoas só morrem quando nos esquecemos delas, em nome de todos os Algarvios, desejamos perpetuar a sua memória, mostrar-lhe enaltecimento público e reconhecida gratidão, associando a este Voto de Pesar uma singela, mas justa homenagem, a este grande homem da nossa região, à qual, reconhecidamente marcou pela frontalidade, coerência e singularidade da sua atuação.

As nossas sentidas condolências à família.

Loulé, 23 de Fevereiro de 2018.



Assembleia Municipal de Loulé

N.º Entrada 45

22/02/2018

PROPOSTA

DE

ATRIBUIÇÃO DE PÚBLICO LOUVOR

AO JOGADOR CAMPEÃO EUROPEU DE FUTSAL PEDRO CARY

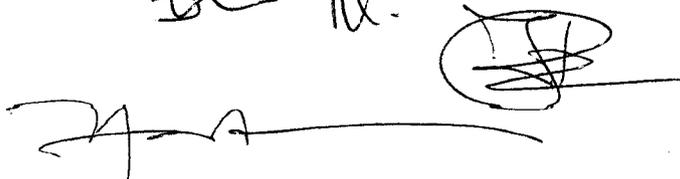
Ao Pedro Cary, por se ter sagrado campeão europeu de Futsal ao serviço da Seleção Nacional de Futsal, no passado dia 10 de fevereiro, na Eslovénia, numa campanha imaculada da fase final do campeonato europeu daquela modalidade, onde marcou 4 golos e obteve a 143.ª internacionalização com a camisola das "quinas".

Ao contribuir para escrever a mais brilhante página desportiva da Seleção Nacional de Futsal, a qual sagrou-se, pela primeira vez, **Campeã Europeia de Futsal**, o jogador Pedro Miguel Figueiro São Payo Cary, ou simplesmente Pedro Cary, com um percurso futebolístico iniciado nas camadas jovens do Louletano, espelha, até à exaustão, o talento, a vontade, a determinação e o espírito de sacrifício, atitudes e comportamentos que as gentes louletanas tanto apreciam e que normalmente acompanham os grandes êxitos desportivos.

Desta forma, a Assembleia Municipal de Loulé reunida na data de 23 de fevereiro de 2018 não pode ficar indiferente a tal facto, congratulando-se, assim, pelo êxito alcançado pela Seleção Nacional de Futsal e, em particular, pelo seu subcapitão, o louletano Pedro Cary, pelo que delibera atribuir-lhe um público louvor pelo seu inegável mérito desportivo.

Loulé, 23 de fevereiro de 2018

O Grupo Parlamentar do PS







### PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

A criação do Provedor do Município é um imperativo como reforço da democracia local e um objectivo a realizar como contributo para uma maior participação cívica dos cidadãos e maior transparência na administração dos actos públicos municipais.

Esta intenção não é nova. A Assembleia Municipal aprovou em 20/11/05 (acta nº6-2005), uma proposta do Bloco de Esquerda para criação do "Provedor do Município, como meio de afirmar a democracia e ampliar os direitos de cidadania, na perspectiva de que se governa melhor com as pessoas do que apenas para elas;" (...) como meio de garantir os direitos dos municípios na sua relação com o executivo e a administração municipal";

A Câmara Municipal elaborou o respectivo Regulamento, que viria a ser aprovado pela Assembleia Municipal.

Infelizmente, passados tantos anos, o processo não teve seguimento. É, portanto, altura de juntar forças e congregar vontades para a criação do Provedor do Município, dado existirem, neste momento, as condições políticas favoráveis à sua implementação.

Esta é, aliás, uma preocupação que consta no programa eleitoral do PS, no qual refere, no: "EIXO 6: Uma Administração Autárquica Eficiente" e, mais adiante, reconhece a necessidade de: "Retomar o processo de instituição do Provedor Municipal".

Para o Bloco de Esquerda, a criação do Provedor do Município é vista como indispensável, como meio facilitador do diálogo na mediação de conflitos, na defesa de direitos violados, no combate à negligência, na defesa da melhoria da qualidade dos serviços municipais, e como promotor de justiça social e de estímulo à coesão social e à solidariedade para com os mais desfavorecidos.

O PSD, reconhece a sua importância como reforço da garantia dos direitos dos cidadãos, e particularmente dos municípios deste concelho.

Considerando que, nos termos do artº 73º do Regimento, compete Assembleia Municipal aprovar o Regulamento do Provedor do Município e proceder à sua eleição, a Assembleia Municipal de Loulé, reunida em sessão ordinária realizada em 23/2/18, delibera:

1. Propor a criação de uma comissão eventual, composta pelo Presidente da AM e um representante de cada grupo municipal no âmbito da Assembleia Municipal, com o objetivo de promover a criação do Provedor do Município;
2. Recomendar à Câmara Municipal, retomar o processo de instituição do Provedor do Município e a elaboração do respectivo Regulamento, de modo a que a eleição do Provedor do Município se realize até ao final do primeiro semestre deste ano.

Loulé, 23/02/2018  
Deputado Municipal do Bloco de Esquerda

Carlos José da Silva Martins



### PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

A Câmara Municipal de Loulé, decidiu transferir a Feira do Livro e do Artesanato, assim como qualquer tipo de venda ambulante, do Calçadão de Quarteira, na frente mar, para um novo local, o Jardim Filipe Jonas, com carácter imediato;

Considerando que o assunto em apreço se reveste de particular delicadeza, por envolver a vida das pessoas que fazem do artesanato e das atividades itinerantes o seu modo de vida e que daí retiram os fundos com que hão de se custear o seu quotidiano durante a época não estival;

Considerando que não houve discussão pública suficiente e que na Assembleia Municipal de 9 de Fevereiro de 2018 muitos cidadãos resolveram deslocar-se a esta mesma Assembleia pedindo justiça, não tendo sido dado respostas convincentes sobre a proposta do executivo camarário e em relação às justas reivindicações das pessoas;

Considerando que a Assembleia Municipal é, por essência, um órgão político e que a bancada do Bloco de Esquerda se solidariza com aqueles que são o elo mais fraco da pirâmide social do Concelho;

Considerando que o novo local não será o mais apropriado devido às questões de segurança com o trânsito e não sendo ainda conhecido o projeto de implantação da chamada Feira de Verão;

Considerando que a argumentação é baseada numa hipotética ideia de atentado à segurança dos munícipes e de todos os turistas, situação idêntica se poderá equacionar em relação a outros grandes eventos e de maior dimensão e risco, que se realizam no concelho de Loulé (MED, Noite Branca, Carnaval e na Marina da Vilamoura).

A Assembleia Municipal de Loulé, reunida a 23/2/18, delibera recomendar ao Executivo Municipal:

1. Que neste ano de 2018, mantenha estas atividades no Calçadão de Quarteira, de maneira mais organizada, controlada e fiscalizada pelos serviços camarários;
2. Que inicie contactos com os representantes dos Artesãos, dos Livreiros e demais Vendedores, para que se encontre uma solução adequada para a resolução deste problema.

O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda

Carlos José da Silva Martins





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Asssembleia Municipal de Loulé

N.º Entrada 44

21 / 02 / 2018

## PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Nos termos do a aliena j) do n.º 1 do artigo 13.º do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, vem a bancada do Partido Social Democrata apresentar a seguinte proposta de recomendação:

### **Manutenção da Feira do Livro e do Artesanato de Quarteira na Calçada**

Constata a bancada do Partido social Democrata, após as declarações proferidas pelo Senhor Presidente da Camara Municipal de Loulé, na última Assembleia Municipal, que existe por parte deste executivo, uma grande determinação em alterar o local da feira do livro e do artesanato, que se realiza anualmente no Calçada, para o Jardim Filipe Jonas, já no decorrente ano de 2018.

Consideramos, que houve por parte do executivo da CML, uma decisão unilateral, sem que tivessem sido ouvidos os interessados, como seria expectável.

Consideramos também, que, atendendo à natureza económica e social dos artesãos, que anualmente exercem a sua atividade no Calçada, deveria esta decisão ser amplamente debatida, bem como, analisados os efeitos que possam advir para estes empresários, face à deslocalização da feira, sendo que na sua maioria dependem economicamente dos resultados que resultam da sua atividade anual, que ao ser alterado de local, poderá implicar uma redução drástica nos seus proveitos, o que acarretará, certamente, uma situação de carência, para todos que dependem deste atividade

Pelo anteriormente exposto, recomenda a bancada do PSD, que o executivo da CML decida manter a Feira do Livro e do Artesanato, no período de 2018 no Calçada de Quarteira, até que se consiga uma resposta adequada aos interesses quer da Autarquia quer dos Artesãos.

Loulé, 21 de fevereiro de 2018



(2 Declarações de voto)  
1 - Calçada Verde  
1 - Calçada Verde  
1 - Calçada Verde  
1 - Calçada Verde  
1 - Abs. MATINHOS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Assembleia Municipal de Loulé

N.º Entrada 43

21/02/2018

## MOÇÃO DE PROTESTO

Nos termos do n.º 1 do art.º 64.º do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, vem a bancada parlamentar do Partido Social Democrata, apresentar sua moção de protesto relativamente ao,

### ENCERRAMENTO DO BALCÃO DOS CTT NA CIDADE DE LOULÉ

Tal como a Direcção dos CTT fez tornar público, pretende esta empresa encerrar um dos seus balcões na cidade de Loulé, privando assim os seus munícipes, de uma das lojas mais centrais e acessíveis na cidade.

No entender do PSD Loulé, o encerramento deste balcão, não só implica o despedimento no curto prazo de uma série de trabalhadores, funcionários na maior parte já com uma idade, que não lhe permite aceder novamente ao mercado de trabalho, mas sobretudo, implica um golpe sério e contundente nos serviços públicos, essenciais, de proximidade às populações, sobretudo às mais frágeis, e às empresas, que o estado deveria assegurar, e que, pelos cadernos de encargos constantes do processo de privatização, os CTT deveriam manter.

Constatamos, novamente, que o governo de Portugal, um governo cada vez mais exíguo, uma vez mais se afasta das suas obrigações, dos seus deveres para com os seus concidadãos que os elegeram, ao não recorrer aos mecanismos legais ao seu alcance, para obrigar a empresa CTT, a cumprir escrupulosamente as obrigações decorrentes dos compromissos assegurados no momento da privatização, permitindo assegurar, que novamente o serviço público, com a sua componente de proximidade seja garantido às populações.

Loulé, 09 de fevereiro de 2018

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata

Barbaredo Amal Gomes  
A. T. ...  
...  
...  
...  
...



# DeParacajá do voto

R. J. B.

- A minha ausência neste votação deve-se ao facto de: a) na reunião anterior da AM e mesmo assunto foi rejeitado pelo PSD devido ao texto;
- b) Apesar o texto ser se por em causa a criação do governo e assim o assunto se aprovou.
- c) No fundo o texto e o seu conteúdo vai para além do assunto em causa.

No futuro, quando estiver em causa assuntos de interesse profundo para os munícipes, os textos devem ser elaborados com grande cuidado, sem pôr em causa anteriores e atuais governos, para obterem o acordo de todos. Este é a melhor forma de servir a comunidade e por isso aqui estamos.

23 Janeiro 2018

Maria Helena Baptista

Banca do PS





CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Cód. Postal 8100

## DECLARAÇÃO DE VOTO

Votei em favor da Moção de Protesto  
sobre o ENCERRAMENTO DO BARRACOS DOS  
CIT na cidade de Loulé, por eu  
mesma opinião, não fazer qualquer  
sentido a votação desta moção  
na sessão o tema da moção  
foi votada favoravelmente na  
Asssembleia Municipal de 9 de  
Fevereiro.

Asssembleia Municipal de  
28/2/2018

O Deputado Municipal do PS

 JOÃO CALÇADA PEREIRA



PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA  
GRUPO POLITICO MUNICIPAL

PA  
H

## DECLARAÇÃO DE VOTO

O PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA VEM DECLARAR,  
NA SEQUÊNCIA DA REJEIÇÃO DA MOÇÃO DE  
PROTESTO CONTRA O FECHO DO BALEÃO DOS  
CORREIOS EM LOULÉ, QUE NÃO DEVE HAVER  
GIMCAMA POLITICA, USO DE TERMINOLOGIA  
POLITICA QUE OFENDA OS OPOSITORES EM  
MATEIZIA DE DECLARAÇÕES POLITICAS; VEM  
DECLARAR QUE A DEFESA DOS INTERESSES  
DOS MUNICÍPIOS DEVE ESTAR ACIMA DA PRETENSÃO  
POLITICA DOS PARTIDOS.

Loulé, 23 DE FEVEREIRO

M. P. F.

1985



## DECLARAÇÃO DE VOTO DA BANCA DO PSD

A criação da Associação para a promoção e Desenvolvimento do Turismo de Loulé enferma, no entendimento do PSD, de um conjunto de fragilidades que não lhe permitem, em consciência, votar favoravelmente a proposta apresentada pelo executivo municipal liderado pelo Partido Socialista (PS), respetivamente:

- A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais não estabelece, conforme é textualmente referido na proposta da câmara municipal, não prevê, em concreto, “... nenhuma atribuição aos municípios em matéria de turismo (n.º2 do artigo 23.º).”
- Por outro lado, uma associação, pela sua natureza jurídica, não pode ser considerada, como é referido na fundamentação da proposta “... uma estrutura orgânica autónoma...”, porquanto a mesma não é, ainda que no clausulado dos estatutos a câmara municipal procure fazê-lo, uma estrutura do município.
- A criação desta associação constitui, em larga medida, uma forma “encapotada” de a câmara municipal criar uma “empresa municipal”, sem que o faça de acordo com a legislação em vigor, contornando desta forma a letra e o espírito da lei. E tanto assim é que basta observar a proposta de estatutos da associação, para se perceber que a câmara municipal cria um conjunto de mecanismos através dos quais a mesma detém, efetivamente, o seu controlo.
- A presente proposta, por outro lado, também não apresenta qualquer racionalidade económica. E para isso basta observar que, como também se refere na fundamentação da proposta “... não existem em Portugal muitos casos de estruturas locais de promoção ao turismo.” Por que será que assim é? É por demais óbvio que a dispersão de recursos, para mais num país pequeno e de poucos recursos como o nosso, não permite a maximização das potencialidades que uma estratégia sistemática de promoção de um determinado espaço económico (Loulé) em si encerra. Aliás, não é certamente por acaso que a promoção turística de Portugal se faz à escala nacional (Turismo de Portugal) e à escala regional (Entidades Regionais de Turismo).
- Por outro lado, fosse esta uma necessidade sentida pelos operadores turísticos ou pelas associações do setor (não podendo o NERA ser considerada, em nossa opinião, uma associação que represente objetivamente os empresários da setor da hotelaria e turismo do concelho de Loulé), teriam os mesmos, isso sim, avançado com a criação de uma associação de âmbito local, relativamente o Município de Loulé, após avaliação do mérito

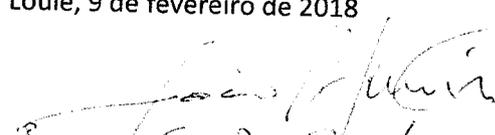


da proposta avaliaria os apoios a conceder e em que moldes (subsídios; contratos-programa; ...).

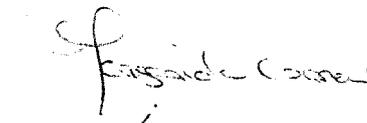
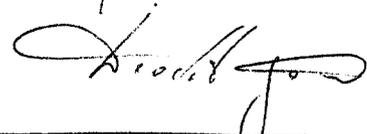
- E no que concerne ao financiamento da associação, a proposta não podia ser mais clara, quando se refere, citamos, "... a principal fonte de financiamento da Associação será os subsídios á exploração que receberá do município de Loulé, por via de protocolo a estabelecer." Ou seja, o município garante o financiamento, quase total, a uma associação que por si é controlada e cujos órgãos gestionários são por si escolhidos. Pelo que no que respeita à transparência, autonomia e boa gestão dos recursos públicos, a proposta fala por si.
- E no que respeita ao modelo de governação da associação, a proposta não deixa o mérito dos seus autores por mãos alheias. Pois o que dizer de uma direção cujos elementos são eleitos em Assembleia Geral, mas que os associados fundadores, entenda-se o Município de Loulé, a Universidade do Algarve e o NERA, reservam para si o direito especial de designar um representante para membro da Direção da Associação? Ou seja, a assembleia elege a direção, sejam eles três ou cinco elementos, mas os associados fundadores garantem, seja em que condições forem, a eleição de três elementos, ou seja, a maioria do órgão. (artigo 14.º dos estatutos).

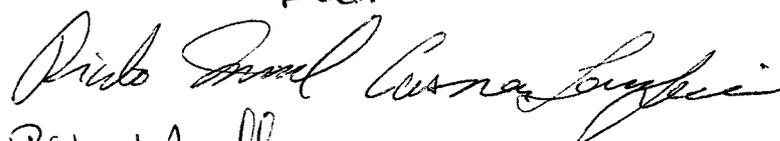
Pelas razões acima expostas o PSD **abstém-se** quanto ao que respeita à criação da Associação para a promoção e Desenvolvimento do Turismo de Loulé.

Loulé, 9 de fevereiro de 2018

  
João Pereira  
Membro do Grupo Parlamentar  
do Partido Social Democrata



  
António Costa  
  
Paulo Manuel Cunha Lopes

  
Paulo Manuel Cunha Lopes  
Barrado Amalboneis

